

**UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**A REDE DE PROTEÇÃO E O SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO
DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER**

Renata Sobrinho

Thaynna Vasconcelos dos S. de Oliveira

Orientador: Dr. Evandro Prestes Guerreiro

SANTOS / SP

2019

**RENATA SOBRINHO
THAYNNA VASCONCELOS DOS SANTOS DE OLIVEIRA**

**A REDE DE PROTEÇÃO E O SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO
DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER**

Trabalho de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Paulista como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Dr. Evandro Prestes Guerreiro

**SANTOS / SP
2019**

OLIVEIRA, T. V. S

A Rede de Proteção e o Serviço Social no Enfrentamento da
Violência Doméstica contra a Mulher.
Sobrinho, Renata Santos/ SP, 2019. 110 p.

Monografia (Trabalho de Curso)
Universidade Paulista - UNIP, 2019.

Instituto de Ciências Humanas – ICH
Curso de Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Evandro Prestes Guerreiro

1. Rede.
2. Mulher.
3. Violência.

**Curso de Serviço Social
UNIP / Campus Santos / Período Matutino
2019**

**RENATA SOBRINHO
THAYNNA VASCONCELOS DOS SANTOS DE OLIVEIRA**

**A REDE DE PROTEÇÃO E O SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER**

Comissão Examinadora:

Examinador (1)

Examinador (2)

Examinador (3)

Coordenador de Curso

Observações:

DATA DA APROVAÇÃO: ____/____/____

À Salete e Mauro, nossos alicerces que nos deram suporte. Nosso amor eterno e gratidão por acreditarem no nosso sonho, sem eles nada disso seria possível.

Ao Prof. Dr. Evandro Prestes Guerreiro, pela orientação, incentivo e atenção a nossa pesquisa.

À todas as mulheres na sua luta diária por uma sociedade igualitária e contra todas as formas de violência.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus por todas as graças que ele nos concedeu durante essa jornada de aprendizagem e luta.

Aos professores pelo carinho e gentileza em compartilhar seus conhecimentos durante esses três anos e meio.

As colegas de classe pela convivência diária cheia de boas risadas e respeito.

Ao nosso orientador, Prof. Dr. Evandro pelo respeito e ajuda à nossa pesquisa, em cada momento ele foi fundamental com seu olhar crítico e técnico. Agradecemos cada momento de escuta e atenção à nossa monografia.

Agradecemos aos nossos supervisores nos campos de estágio que gentilmente nos acolheram e transmitiram inúmeros conhecimentos.

Um agradecimento especial a Mauro Scazufca pelo carinho em acompanhar cada momento da elaboração desta monografia. SALVE!!!

Agradecemos também a professora Maria Scazufca pela ajuda na revisão ortográfica desta monografia.

Eu, Thaynna, agradeço a minha mãe por acreditar no meu sonho, sem você nada seria possível. A minha irmã por sempre me incentivar a estudar e buscar pelos meus sonhos. Ao meu pai por todo o carinho. Agradeço aos meus tios Ricardo e Sheila pelo amor e carinho de sempre. A minha vó (in memoriam) que infelizmente não está presente para comemorar comigo esse momento, mas seu amor vive em mim em cada lembrança doce. Aos meus parentes de longe ou perto, que estão em torcida constante pelo meu sucesso.

Eu, Renata, dedico esse trabalho ao meu marido, meu alicerce, que com seu amor me incentivou a seguir em busca de um sonho e me apoiou em todos os momentos de desânimo para que eu continuasse firme durante esse caminho.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram de alguma forma nesta jornada, nossa mais sincera gratidão.

“Minha luta diária é para ser reconhecida
como sujeito, impor minha existência numa
sociedade que insiste em negá-la”.

Djamila Ribeiro

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	XVII
2	INTRODUÇÃO	19
3	TEMA	23
3.1	Delimitação do Tema	23
4	OBJETIVOS	24
4.1	Objetivo Geral	24
4.2	Objetivos específicos	24
5	JUSTIFICATIVA	25
6	PROBLEMA DE PESQUISA	26
7	HIPÓTESE	27
8	METODOLOGIA	28
8.1	Bibliográfica e Participativa	28
9	CRONOGRAMA DE PESQUISA	30
10	ORÇAMENTO FINANCEIRO	31
11	REFERENCIAL TEÓRICO	32
11.1	As Relações Sociais no Modo de Produção Capitalista	32
11.2	A Questão Social no Modo de Produção Capitalista	36
11.3	A Violência Como Expressão da Questão Social	39
11.4	O Contexto Histórico da Mulher	40
12	A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER	55
12.1	A Lei Maria da Penha	60
12.2	O Papel do Assistente Social no Enfrentamento da Violência Doméstica Contra a Mulher	62
12.3	Primícia do Trabalho em Rede: Movimentos Feministas como Precursores no Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher	72
12.4	Definições de Rede: a Rede como Instrumento de Intervenção do Assistente Social	76

12.5 A Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher	81
12.6 A Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Município de Praia Grande - SP	86
13 CONCLUSÃO.....	94
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	97
ANEXO A – LEIS E REFERÊNCIAS LEGAIS	104
ANEXO B - CAPA DO MANUAL DA REDE DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE SP.....	106
ANEXO C GRÁFICOS QUANTITATIVOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	107

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Operária de uma indústria norte-americana no início do século 20	34
Figura 2: Incêndio na <i>Triangle Shirtwaist Factory</i>	36
Figura 3: Incêndio na fábrica da <i>Triangle Shirtwaist</i>	36
Figura 4: Bertha Lutz: feminista, bióloga e deputada, que deixou um legado para o progresso das mulheres	47
Figura 5: O jornal A Manhã, do Rio de Janeiro, fazia campanha pelo voto da mulher em 1926	48
Figura 6: Eva Todor, Tonia Carreiro, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara e Norma Bengel	52
Figura 7: Matéria do Jornal Folha de São Paulo no dia Internacional das Mulheres	58
Figura 8: Ciclo da Violência.....	59
Figura 9: Lula e Maria da Penha durante cerimônia de sanção da Lei Maria da Penha em 2006.....	62
Figura 10: Ilustração da Lei Maria da Penha pelo fim da Violência contra a Mulher.....	86
Figura 11: Reunião da Rede de Enfrentamento no município de Praia Grande SP.....	90
Figura 12: Fluxo de encaminhamento da Rede do município de Praia Grande SP	92
Figura 13: Reunião sobre aplicativo para denúncia de casos de violência contra a mulher em município Praia Grande	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Referência Bibliográfica	28
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Total de Crimes em janeiro de 2019.....	107
Gráfico 2: Relação com as Vítimas.....	107
Gráfico 3: Histórico de Agressão.....	108
Gráfico 4: Local da Agressão.....	108
Gráfico 5: Motivo da Agressão.....	109
Gráfico 6: Tipo de Arma.....	109
Gráfico 7: Desfecho da Agressão.....	110

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso visa levantar a forma como é realizada a articulação na Rede de Proteção na violência doméstica contra a mulher, especificamente no município de Praia Grande, SP. A monografia também aborda o processo Capital versus Trabalho, seu avanço e suas mazelas como consequência da relação entre Homens dentro do sistema capitalista. Por fim, fará uma abordagem sobre a Rede de Proteção como instrumento para uma intervenção, além de compreender melhor o trabalho do assistente social em Rede, será possível uma reflexão sobre as relações sociais e suas particularidades em diferentes momentos.

Palavras-chave: Rede, 1; Mulher, 2; Violência, 3;

ABSTRACT

This Course Completion Work aims to raise the way in which the articulation in the Protection Network on domestic violence against women is carried out, specifically in the municipality of Praia Grande, SP. The monograph also addresses the Capital versus Work process, its advancement and its ills as a consequence of the relationship between Men within the capitalist system. Finally, it will take an approach on the Protection Network as an instrument for an intervention, in addition to better understanding the work of the social worker in Network, it will be possible to reflect on social relations and their particularities at different moments

Key words: Network, 1; Woman, 2; Violence, 3;

LISTA DE SIGLAS

CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
DCM	Defesa e Cidadania da Mulher
DDM	Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
EUA	Estados Unidos da América
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICH	Instituto de Ciências Humanas
LMP	Lei Maria da Penha
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MP	Ministério Público
MRSS	Movimento de Reconceituação do Serviço Social
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NUDEM	Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
SAE	Serviço de Atendimento Especializado
SEDUC	Secretaria Municipal da Educação
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SEAS	Secretaria de Assistência Social
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
UNIP	Universidade Paulista
UNIVAR	Faculdades Unidas do Vale do Araguaia

USAFA Unidades de Saúde da Família

1 APRESENTAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é resultado de um estudo realizado no curso de serviço social. A escolha do tema surgiu a partir do interesse em compreender o trabalho da Rede de Proteção nos casos de violência doméstica contra a mulher e o trabalho do assistente social como presença marcante dentro deste cenário. Independentemente de classe social, sabe-se que a violência doméstica é um dos casos da violência de gênero. Pode acometer qualquer mulher, fazendo-a sentir-se subjugada pelo seu companheiro. É possível observar, através dos meios de comunicação e de discussão nos meios acadêmicos, que existe um processo de crescimento nos casos de mulheres violentadas pelos companheiros, seja fisicamente, moralmente, materialmente, psicologicamente.

Enfatiza-se que o estudo será apenas um recorte diante das múltiplas questões que envolvem a violência contra a mulher. Tem como principal objetivo a realização de revisão bibliográfica com informações atualizadas e na vivência dentro da Rede de Proteção no município de Praia Grande, no litoral sul do estado de São Paulo. Durante o processo de elaboração da monografia pôde-se observar a necessidade de conhecer melhor a estrutura de atendimento às mulheres vitimadas.

A Rede de Proteção para esta questão, apresenta-se como uma ação em desenvolvimento, na qual compreender as propostas do serviço social na articulação interinstitucional é de fundamental importância, assim como compreender a estrutura, finalidade e propósito dos serviços que tecem novos fios entrelaçados para atendimento às vítimas dessa violência. É importante observar que os casos são heterogêneos. Chama a atenção a diversidade no tipo de necessidade para cada atendimento, geralmente individualizado. Esse estudo procura caracterizar como é realizado o atendimento na Rede de Proteção e como ocorre o fluxo de informações interinstitucionais entre os serviços.

Este trabalho será de suma importância para a academia, pois acrescentará ao seu universo um tema que se encontra em evidência e que reflete um problema social atual. Para o profissional do serviço social será mais uma contribuição na forma de desempenhar seu papel dentro das Redes de Proteção, que doravante chamaremos de Rede, com novas perspectivas e propostas na sua forma de atuação no

enfrentamento contra a vulnerabilidade na qual as mulheres estão inseridas no seu cotidiano.

2 INTRODUÇÃO

Em muitos lares a mulher desempenha o papel de chefe da família, desta forma assumindo a responsabilidade pelo bem-estar de todos os indivíduos no ambiente doméstico. Esse cenário reflete a realidade de uma sociedade historicamente construída em cima das desigualdades entre os gêneros e da subalternização da mulher. Trouxe avanços à situação da mulher em diversos aspectos, porém, a mulher ainda sofre com a violência em suas múltiplas facetas, seja ela no lar ou nos espaços públicos e precisa lidar com situações de vulnerabilidade.

Uma das facetas da violência contra a mulher aparece no ambiente doméstico, especificamente na relação marido/mulher. Esse fenômeno não é novo e vem apresentando altos índices segundo dados do site de notícias G 1. Em 2017 no Brasil foram constatados cerca de 600 casos por dia de violência doméstica contra a mulher. Esses dados são essenciais para compreendermos a dimensão da violência doméstica. Mesmo que os índices sejam altos e recorrentes nos meios de comunicação, é importante destacar que muitos casos não entram nos levantamentos, porque as mulheres ainda encontram dificuldade em procurar ajuda nessas situações. Essa dificuldade reflete não apenas a lentidão do sistema judiciário brasileiro, mas também a falta de uma articulação para um fluxo mais rápido e eficiente de segurança a mulher vitimada.

Com a criação da Lei Maria da Penha (11.340/06) houve um avanço no campo jurídico e nas políticas públicas. Atualmente existe a necessidade de aprimorar o atendimento para a efetivação dos direitos em defesa das mulheres em situação de violência doméstica. A violência no ambiente doméstico contra a mulher tem em sua completude diversas formas de violação. É comum pensar apenas na física, mas é necessário compreender as outras formas de violência que acometem a mulher no convívio com seu companheiro. É importante que o atendimento à mulher vítima desta forma de violência seja feito de forma eficiente. Vale destacar que essa violência não atinge apenas a mulher, mas se estende também aos filhos dessa relação.

Mesmo que atualmente exista uma forma mais rápida da mulher conhecer seus direitos e quais serviços deve procurar, nos casos de violência doméstica a situação necessita de mais urgência, em virtude da convivência diária da vítima com o

agressor. Além desse convívio, em muitos casos a mulher é dependente financeiramente desse agressor e assim não tem como fugir dessa situação de violência.

O serviço social assim como outras profissões, tem na violência doméstica contra a mulher, na relação de casal, um objeto de análise e intervenção, pois cabe a esses profissionais um trabalho constante de atualização e aprimoramento dos seus instrumentos e ações para enfrentamento dessa questão.

A violência se configura como uma das expressões da Questão Social, no desenvolvimento das relações sociais no modo de produção capitalista. A Questão Social se configura como o conjunto de expressões da relação de exploração entre proletariado e classe burguesa no surgimento do sistema capitalista. A violência permeia as relações no processo social e histórico dos homens. Dentro da Questão Social ela se manifesta em sua forma mais perversa nos grupos mais vulneráveis.

Essas manifestações são resultado da resistência da classe operária às expressões da Questão Social. As diferenças são inconciliáveis e se perpetuam até os dias atuais. A violência contra a mulher, em destaque para a cometida no ambiente doméstico, sempre existiu e ganhou novas configurações perante o avanço da desigualdade e exclusão do processo capitalista. Neste sentido, abordar o tema em uma pesquisa do curso de serviço social é muito importante, pois o assistente social é peça fundamental no enfrentamento das expressões da Questão Social.

No desenvolvimento do trabalho, com ações como a leitura sobre o tema, conversas com profissionais e na observação durante o período de estágio, percebeu-se a importância do trabalho da Rede frente as expressões da Questão Social, com destaque a violência doméstica contra a mulher. O atendimento à mulher vitimada requer, de forma eficiente, um fluxo de informações e contato entre os profissionais dos diferentes serviços que intervêm junto a essa demanda. A hipótese da pesquisa foi elaborada a partir da constatação do papel de destaque do assistente social no trabalho da Rede. Com a evolução da pesquisa percebeu-se a necessidade de compreender melhor a relação entre esses profissionais e as ações para intervenção nesse processo.

No processo de elaboração do trabalho, a hipótese sofreu alterações em consequência da obtenção de novas informações e da experiência no campo de estágio. Como parte do curso de serviço social, o estágio contribuiu para entendimento da questão da violência doméstica contra a mulher na prática do assistente social, presenciando a postura do profissional no atendimento a essa demanda. Foi importante construir a crítica ao enfrentamento da questão. Além disso o problema da pesquisa questiona de que forma o assistente social contribui na Rede e qual sua relação com outros serviços e profissionais.

Através desta monografia se pode compreender melhor o papel das mulheres no processo de luta pelos seus direitos e suas conquistas durante gerações, assim como as expressões da Questão Social que estão relacionadas a esse contexto. A importância do serviço social e sua história até o movimento de “reconceituação”, quando acontece a ruptura com o conservadorismo e se adota um olhar crítico perante a realidade dos usuários, com uma nova concepção técnica-metodológica que corresponde a essa realidade, onde o assistente social irá intervir. Dentro desse processo de luta e desigualdade se faz necessário a união dos saberes e serviços para uma intervenção eficiente.

Durante os estudos realizados a respeito do tema, a Rede se apresentou como uma forma de intervenção dinâmica, pois combina diversos saberes e técnicas entre profissionais com objetivos em comum. Deste modo a Rede não serve apenas para o enfrentamento de uma expressão, superando assim a forma tradicional de intervenção com novas ferramentas para melhor atender as demandas e suas reais necessidades.

Por fim, teve destaque a importância do assistente social como articulador e conhecedor das interfaces que envolvem a questão da violência doméstica e sua presença marcante nos serviços que compõe a Rede, sendo uma figura importante na construção e nas transformações das relações que envolvem os serviços.

Esse trabalho de conclusão de curso foi estruturado na composição de três capítulos:

- Primeiro Capítulo: É composto pelo projeto de pesquisa, que corresponde à parte inicial dessa monografia onde são estabelecidos todos os componentes que formam a base de informações com a qual são desenvolvidos os demais capítulos.
- Segundo Capítulo: Corresponde a uma revisão bibliográfica do processo sócio histórico da mulher na sociedade brasileira, as relações sociais no modo de produção capitalista e o peso histórico do Dia Internacional da Mulher, assim como a trajetória de luta da mulher brasileira caracterizada pelas diferentes ondas do movimento feminista dentro de uma sociedade patriarcal.
- Terceiro Capítulo: Consiste na definição do conceito de Rede e na apresentação do trabalho da Rede no combate e enfrentamento da violência contra a mulher no município de Praia Grande - SP.

3 TEMA

A Rede de Proteção e o Serviço Social no Enfrentamento da Violência Doméstica Contra a Mulher

3.1 Delimitação do Tema

Por meio de observações e estudos será possível perceber a articulação entre os profissionais e serviços que trabalham com essa demanda. Destacando a importância do assistente social, componente fundamental dentro deste cenário, que envolve diferentes intervenções. Também a existência de políticas públicas e institucionais para enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Analisar o conceito de Rede como instrumento de intervenção, assim como o trabalho do assistente social no atendimento à demanda de mulheres vitimadas e compreender como funciona a intervenção deste profissional especificamente na Rede e no enfrentamento da violência contra a mulher. Identificar as características desta forma de violência, segundo a Lei Maria da Penha (11. 340/06) e apontar no município de Praia Grande SP os serviços direcionados a essa demanda.

4.2 Objetivos específicos

- 1) Caracterizar o processo social e histórico da relação da mulher na sociedade;
- 2) Descrever os fatos precursores da criação da Rede, seu propósito, estrutura, finalidade e objetivos comuns interinstitucionais;
- 3) Identificar o papel do assistente social na articulação dos serviços interinstitucionais componentes da Rede, no enfrentamento e na prevenção à violência contra a mulher.
- 4) Identificar as principais dificuldades e facilidades no processo de produção de informações pertinentes aos serviços prestados e como ocorre o fluxo atual de informações, a partir da existência da Rede e das potencialidades das articulações garantidoras dos direitos sociais das mulheres.

5 JUSTIFICATIVA

A violência doméstica contra a mulher continua sendo um problema com variadas facetas na sociedade contemporânea. Essa mazela deve ser enfrentada com políticas públicas contundentes, conscientizando as mulheres sobre seus direitos. Embora a Lei Maria Penha seja uma conquista para as mulheres e tenha levado à formulação de diversas outras ações para enfrentamento dessa violência, ainda existem alguns entraves, fazendo com que o agressor, por muitas vezes, não se sinta ameaçado.

O assistente social precisa compreender o seu papel como participante da Rede para uma intervenção eficiente. Diante disso, o profissional deve ter conhecimento técnico-metodológico das políticas públicas para melhor atuação nos casos de violência doméstica que aflige as mulheres. Cabe a esse profissional agregar seu conhecimento no enfrentamento dessa realidade, que é marcada pela desigualdade de gênero e intolerância.

Com as variadas particularidades nos atendimentos da Rede, surge a necessidade do aprimoramento na intervenção dos diversos profissionais que atuam nessa questão. O conhecimento científico e tecnológico em particular do assistente social, se faz necessário, pois esse profissional é presença marcante dentro desse contexto.

6 PROBLEMA DE PESQUISA

Esse tema foi escolhido devido ao aumento significativo nas notificações de violência doméstica contra a mulher, que tem despertado a atenção das mídias e de toda a sociedade para o mesmo. Essa realidade faz refletir como o assunto é de extrema relevância, com especial interesse na Rede existente na atualidade e de que forma está sendo realizado o trabalho de apoio dos profissionais do serviço social às vítimas dentro desse processo.

A partir da Rede, como o assistente social contribui no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, e quais são suas propostas para o melhor atendimento as mulheres vitimadas?

7 HIPÓTESE

O assistente social, como articulador para execução das políticas direcionadas ao enfrentamento da questão da violência doméstica contra a mulher, é na prática, a presença que mais se destaca na Rede. Esse profissional está presente desde o início do atendimento à mulher vitimada até o seu término. Desta forma, o assistente social tem em seu trabalho não apenas a intervenção junto a demanda, mas também é peça fundamental para a melhor execução dos serviços de apoio e prevenção, por ser um facilitador no fluxo de informações interinstitucionais, já que atua em vários serviços da Rede.

8 METODOLOGIA

8.1 Bibliográfica e Participativa

Este trabalho tem como principal objetivo a realização de uma revisão bibliográfica com informações atualizadas, ou seja, com dados produzidos na última década. Para isto foi realizada uma pesquisa com dados primários obtidos através de profissionais do serviço social que atuam na Rede e no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

Não foram coletados dados sobre as vítimas diretas dessa realidade, mas sim foi observado o papel do assistente social na Rede.

Quadro 1: Referência Bibliográfica

Autor	Referência	Fundamento
Iamamoto, M.V. Carvalho, R.	Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de um interpretação histórico-metodológica. 41º Ed. São Paulo. Cortez, 2014.	A obra foi utilizada para compreender melhor a relação Capital X Trabalho, a Questão Social e o processo da luta de classes
Martinelli, M.L.	Serviço Social: Identidade e Alienação. 16ºEd. São Paulo. Cortez, 2011.	Este livro foi utilizado para melhor compreender o processo capitalista, e os pontos principais desse processo.
Yazbek, M.C.	Classes Subalternas e Assistência Social.4ºEd. São Paulo. Cortez, 2003.	O trabalho da professora Yazbek traz uma visão ampliada da questão da pobreza, onde foi possível perceber a existência da violência em outras expressões da Questão Social.
Santaella, L.	Comunicação e Pesquisa Projetos para mestrado e doutorado.1ºEd. São Paulo. Hacker, 2001.	Neste 'Comunicação e Pesquisa', Lucia Santaella faz uma reflexão sobre a pesquisa na área de comunicação, traçando um mapa da história e da situação das pesquisas, delimitando seus tipos e métodos.

Autor	Referência	Fundamento
Setubal, A.A.	Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade.5º Ed. São Paulo. Cortez, 2013.	Abordando a questão da pesquisa no âmbito do Serviço Social, a Autora revela um momento de maioria da profissão que, sendo fundamentalmente uma prática de interferência nas relações sociais, vem se colocando como uma efetiva interlocução no processo de construção do conhecimento no campo social.
Gil, A.C.	Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ºEd.São Paulo. Atlas, 2014.	Este livro constitui um manual de procedimentos básicos para o desenvolvimento de pesquisas sociais, definidas como levantamentos. Diferencia-se dos textos convencionais que tratam exaustivamente dos mais diversos métodos e técnicas de pesquisa social.
Sanicola, L.	As dinâmicas de rede e o trabalho social. São Paulo. Veras Editora, 2008.	A autora traz o conceito de rede e os tipos utilizadas na área do serviço social. Sendo fundamental para compreensão teórica da rede.
Cisne, M. Santos, S. M. M.	Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo. Cortez, 2018.	Esta obra foi fundamental para compreender as formas de violência contra a mulher, além disso a obra traz novas formas de análise do serviço social no enfrentamento da questão.

9 CRONOGRAMA DE PESQUISA

Etapas	Jan a Abr 2018	Mai a Ago 2018	Set a Dez 2018	Jan a Abr 2019	Mai a Jun de 2019
Definição dos tópicos do projeto					
Leitura e fichamento das obras de referência					
Operacionalização dos conceitos					
Coleta de dados					
Pesquisa documental					
Elaboração do questionário ou roteiro de pesquisa					
Pré-teste do roteiro de pesquisa					
Aplicação do roteiro de pesquisa					
Análise e interpretação dos dados					
Conclusão					
Redação do trabalho					
Revisão e Redação final					
Entrega do trabalho					

10 ORÇAMENTO FINANCEIRO

ITEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Aquisição de livros	R\$ 40,00	R\$ 320,00
Xerox	R\$ 0,20	R\$ 100,00
Impressão	R\$ 1,00	R\$ 400,00
Deslocamentos	R\$ 30,00	R\$ 100,00
Encadernação	R\$ 5,00	R\$ 45,00

O presente orçamento prevê despesas totais de R\$ 965,00 reais. Considerando-se que os dados acima são preliminares, existe a necessidade de reservar aproximadamente R\$ 1.800,00 para a realização deste trabalho.

11 REFERENCIAL TEÓRICO

11.1 As Relações Sociais no Modo de Produção Capitalista

A sociedade feudal, predecessora da sociedade capitalista, foi construída e se manteve a partir de uma hierarquia onde as relações entre os homens era de vassalagem¹ e suserania². Essa relação social era a condição básica da vida feudal. O direito era estabelecido pela tradição e legitimado pelo poder sagrado dos donos da terra. A desigualdade entre os homens era explícita. A sociedade que surgiu depois, sob os moldes do capitalismo, marcou a queda do sistema feudal. Essa nova sociedade tem como base o direito de igualdade e liberdade entre os homens, onde não há espaço para uma ordem social baseada na religião ou no militarismo, como existia no período dos senhores feudais. O poder maior emana do mercado e das relações de produção. Dessas relações surgem as expressões da Questão Social. Apesar das novas configurações das relações sociais entre os homens no modo de vida capitalista, a desigualdade não foi abolida, mas ganhou outras facetas e manifestações. A autora Maria Lucia Martinelli em seu trabalho sobre a história do serviço social explica o capitalismo e sua relação com a luta entre as classes sociais (2011).

A história do capitalismo é a história das classes sociais; estas constituem o elemento fundamental para se compreender tanto o capitalismo em si mesmo considerado quanto a marcha histórica da humanidade, profundamente relacionada com seus conflitos, antagonismos e luta, estas últimas em especial, verdadeiras forças motrizes daquela marcha. (Martinelli, 2011, p.30).

O modo de vida capitalista é baseado na produção, na relação de troca e vínculos de atores sociais que coexistem com suas particularidades e conflitos. Neste cenário de relações antagônicas entre as classes, o indivíduo não produz isoladamente, tornando-se assim, um componente que é estabelecido conforme os

¹ Termo feudal em que o indivíduo (vassalo) oferece fidelidade ao seu suserano e em troca recebe proteção e um lugar para viver. Fonte: <https://www.dicionarioinformal.com.br/vassalagem/> acesso em 11/10/18

² Indivíduo que, no feudalismo, era responsável e tinha o domínio do feudo principal de que dependiam outros feudos e vassalallos; senhor feudal. Fonte: <https://www.dicio.com.br/suserano/> acesso em 11/10/18

variáveis níveis de desenvolvimento dos meios de produção. A sociedade construída nos moldes do capitalismo não deve ser vista apenas como produção de elementos materiais, mas como um processo entre classes sociais que é dinâmico e marcado pela historicidade.

Neste sentido, ignorar todo o processo histórico da relação Capital X Trabalho é fechar os olhos a uma visão ampla das relações que emergem desse conflito, onde as características são antigas e vão além da troca de mercadorias. Os atores desse cenário são colocados em situações de conflito devido a uma estrutura historicamente construída, onde os donos dos meios de produção estabelecem as condições de trabalho e os trabalhadores pela necessidade de consumo dos bens e serviços, são o elo mais fraco dessa relação, nas palavras dos autores lamamoto e Carvalho na obra “Relações Sociais e o Serviço Social no Brasil” (2014).

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrindo o antagonismo que as permeias. (lamamoto e Carvalho, 2014, p.36).

No modo de produção capitalista o proletariado vende sua força de trabalho e por isso recebe aquilo que o sistema capitalista designa como salário, este é o parcelamento do lucro que o trabalhador produziu. É importante destacar que esse salário corresponde à força de trabalho e não ao seu rendimento. Os donos dos meios de produção compram através do salário, o direito de explorar este trabalhador por longas jornadas, onde existe uma produção excedente que o trabalhador não recebe em seu salário. Neste sentido, é possível perceber que as metamorfoses do capital garantem a manutenção da exploração e alienação do proletariado, dentro desse contexto de conflitos que vão além do espaço de trabalho, que resultam na intensificação de outros fenômenos característicos da relação social entre os homens.

Levando-se em consideração esses aspectos, é possível perceber a contradição do sistema capitalista, o trabalhador é responsável pela força de trabalho que sustenta os meios de produção, porém, o mesmo tem que viver com um salário

inferior ao lucro que produz. O trabalhador é o carro chefe desse processo, sem o exército de homens e mulheres que tem longas jornadas o capital não seria possível. Apesar desse fato o trabalhador continua alienado a sua força, sendo vítima constante das expressões da Questão Social.

Figura 1: Operária de uma indústria norte-americana no início do século 20



Fonte: <http://onda21.com.br/o-dia-da-mulher/>

Conseqüentemente surge conflitos dentro do modo de vida capitalista. Eles aparecem especialmente entre trabalhadores e os donos do meio de produção. O ambiente familiar desses operários também é palco de conflitos causados pela situação de pobreza extrema, violência, jornadas desgastantes de trabalho e exclusão social, marca da grande diferença de classes econômicas.

O DIA INTERNACIONAL DA MULHER

O Dia Internacional da Mulher, comemorado como um dia de luta pela igualdade de direitos de gênero, foi oficializado pela ONU em 1975 para ser celebrado anualmente em 08 de março.

Este dia, objeto de manifestações no mundo todo na atualidade, marca o histórico de luta pelos direitos de igualdade de gênero, pelos direitos sociais, políticos e trabalhistas das mulheres.

Esse processo ocorreu com intensidade no final do século XIX e início do século XX principalmente na Europa e nos EUA, retrata especialmente a conquista de direitos do proletariado em relação as questões sociais e trabalhistas com enfoque nas manifestações das mulheres, conforme se pode destacar na obra de González, 2010:

“No dia 28 de fevereiro de 1909, as mulheres socialistas dos Estados unidos organizaram enormes manifestações e encontros em todo o país reivindicando direitos políticos para as mulheres trabalhadoras. Esse foi o primeiro Dia da Mulher

[...]O primeiro Dia Internacional das Mulheres aconteceu em 1911. Seu sucesso ultrapassou todas as expectativas. No Dia das Mulheres Trabalhadoras a Alemanha e a Áustria pareciam um mar de mulheres em efervescência e agitação. Foram organizados encontros em todos os lugares

[...]Em 1913 o Dia internacional das Mulheres foi transferido para o dia 08 de março. Esse dia permaneceu como o dia de luta das mulheres trabalhadoras” (González, 2010, p.192-195).

Há referências sobre a atuação das mulheres na grande Revolução Russa em 1917. Segundo González, nesta data “Foram as mulheres trabalhadoras de Petersburgo que iniciaram esta revolução; foram elas as primeiras a decidir levantar a bandeira de oposição ao tsar e seus aliados. E, por isso, o dia das mulheres trabalhadoras é, para nós, uma dupla comemoração”.

Pode-se reconhecer que existem muitos motivos para celebrar o 08 de março, desde o voto feminino até a Lei Maria da Penha, por exemplo.

Ainda na atualidade as mulheres continuam lutando pelos seus direitos conquistados e a conquistar no caminho da igualdade, por uma sociedade mais justa para ambos os gêneros. Vale lembrar que essa data deve ser não só comemorada, mas também se faz necessário uma reflexão dentro da sociedade moderna para um novo paradigma em relação às conquistas das mulheres.

Figura 2: Incêndio na *Triangle Shirtwaist Factory*



Fonte: <http://www.socialistamorena.com.br/as-129-mulheres-que-morreram/>

Figura 3: Incêndio na fábrica da *Triangle Shirtwaist*



Fonte: <http://www.socialistamorena.com.br/as-129-mulheres-que-morreram/>

11.2 A Questão Social no Modo de Produção Capitalista

A Questão Social tem origem no conjunto de expressões dessa relação de homens e mulheres no sistema capitalista, a exploração e a distribuição desigual das

riquezas geradas pelo capital contribuem para intensificar outros fenômenos sociais. As consequências das contradições no modo de produção capitalista são as expressões que vemos no cotidiano da classe trabalhadora, visto que algumas expressões da Questão Social vêm antes mesmo do sistema capitalista, como por exemplo a violência e a pobreza, o sistema capitalista e sua constante busca por lucro sobre lucro fez com que essas expressões ganhassem novos agravantes.

A exclusão do proletariado da acumulação do lucro resultante de sua força de trabalho traz uma situação de pobreza, pois os bens e serviços necessários para sua sobrevivência tem custos superiores à sua renda. A Questão Social não se limita apenas às expressões, mas também às manifestações da classe trabalhadora por meio da resistência. Os autores lamamoto e Carvalho analisam a Questão Social e suas expressões (2014).

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento de classe operário e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia. (lamamoto e Carvalho,2014, p.84).

A divisão da sociedade em classes sociais não é algo novo. Uma análise do processo sócio-histórico da humanidade mostra que, em diversos períodos, os homens estabeleceram suas diferenças por meio do poder econômico ou político. No modo de vida capitalista essa divisão ganha novos contextos. Como o proletariado é o elo mais fraco dessa relação, coube aos trabalhadores resistir e lutar por sua sobrevivência e melhores condições de vida. Os donos dos meios de produção usam ferramentas para prolongar seu controle e alienação da classe trabalhadora, com o aparato do Estado que promove os interesses da classe dominante.

A introdução do sistema capitalista marcou uma nova forma de vida em sociedade. Algumas características historicamente construídas não foram superadas e ganharam novas facetas e particularidades. Pode-se analisar que as expressões da Questão Social são consequência da luta e resistência do proletariado, no enfrentamento das novas formas de opressão por parte da classe burguesa. A

produção literária de Marx e Engels tem grande importância para compreendermos as relações antagônicas existentes na sociedade capitalista (2002).

A sociedade burguesa moderna, oriunda do esfacelamento da sociedade feudal, não suprimiu a oposição de classes. Limitou-se a substituir as antigas classes por novas classes, por novas condições de opressão, por novas formas de luta. (Marx e Engels, 2002, p.24).

Uma análise da Questão Social deve ser feita com consciência de todo o processo histórico e social de sua origem. A luta entre classes sempre foi palco para transformações e as consequências desses conflitos não devem ser naturalizadas ou esquecidas. Os donos dos meios de produção têm como objetivo a obtenção do lucro de forma rápida e constante. Não há uma preocupação com a qualidade de vida do proletariado e sim uma constante tentativa de manter o controle das classes mais populares, para garantir novas formas de lucro por meio da mão de obra barata em longas jornadas de trabalho.

Essa realidade marcada pelas expressões da Questão Social afeta diretamente as relações do proletariado no modo de produção capitalista. As expressões da Questão Social são, em sua completude, resultado da contradição e da desigualdade da relação Capital X Trabalho. Os donos dos meios de produção acumulam Capital por meio da mais-valia, pela exploração e desvalorização da mão de obra da classe trabalhadora. Essa desigualdade no modo de produção capitalista acarreta uma situação de pobreza, precursora de outras expressões da Questão Social. A vida do proletariado é marcada pela necessidade de criar novas formas de sobreviver nesse cenário adverso. A professora Yazbek em sua obra traz uma nova visão da pobreza e sua consequência na vida do proletariado (2003).

Os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade (Yazbek, 2003, p.61).

Com as longas e exaustivas horas de trabalho, os vínculos sentimentais acabam sendo afetados diretamente pelas expressões de violência. É uma dura

realidade das relações do proletariado dentro e fora do ambiente de trabalho. Em suas variadas facetas, a violência se manifesta como resultado desse processo de exploração, especialmente nos grupos mais vulneráveis.

11.3 A Violência Como Expressão da Questão Social

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) a violência pode ser definida como “o uso intencional de força física ou poder, ameaçados ou reais, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resultem ou tenham grande probabilidade de resultar em ferimento, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação”, partindo dessa definição é possível perceber que a violência pode se manifestar de variadas formas coexistindo em diferentes grupos com característica diversas, nas palavras de Paviani (2016).

O conceito de violência é ambíguo, complexo, implica vários elementos e posições teóricas e variadas maneiras de solução ou eliminação. As formas de violência são tão numerosas, que é difícil elencá-las de modo satisfatório. Diversos profissionais, especialmente na mídia, manifestam-se sobre ela, oferecem alternativas de solução; todavia, a violência surge na sociedade sempre de modo novo e ninguém consegue evitá-la por completo. Nesse panorama, cabe à filosofia, de modo especial à ética, refletir sobre suas origens, a natureza e as consequências morais e materiais. (Paviani, 2016, p. 8)

Como expressão da Questão Social a violência se manifesta como consequência das divergências entre as classes, no processo de produção capitalista. Ainda que a violência exista em diversos setores e classes sociais, no cotidiano da classe trabalhadora ganha diversos agravantes e novos contextos coexistindo com outras expressões. A violência sempre existiu nas relações entre homens e mulheres no desenrolar da vida em sociedade, com suas diversas formas e em variados contextos. A violência é mais antiga do que a sociedade capitalista.

No desenvolvimento da sociedade capitalista a violência ganha novas facetas. É importante ressaltar que algumas características da violência são resultado de uma estrutura que vem de tempos antecedentes à sociedade burguesa. As diversas manifestações da violência, em alguns períodos, foram tornadas naturais pela ordem

dominante. Se as condições de trabalho e exploração do proletariado eram péssimas, a proteção e combate à violência eram inexistentes. No cotidiano das classes sociais a violência está presente em diversas formas. Na realidade da produção capitalista ganha um contexto político e econômico.

A violência expressa também a consequência da resistência do proletariado às situações resultantes da desigualdade e exclusão presentes no sistema capitalista. Além dos novos recortes, algumas características da violência são resultado da imposição de conceitos sociais desiguais. No desenvolvimento da sociedade capitalista, a realidade do proletariado é marcada pela forma natural dos conflitos e pela falta de respostas da ordem dominante. Os grupos mais vulneráveis são alvo de variadas formas da violência. Um exemplo disso é a violência contra a mulher. Segundo Castel (2013).

Nessa questão, para além do fato de que as mulheres representam a metade da população – e responsável direta pela existência da outra metade -, há que se agregar a constatação de que ela permeia todos os setores e classes sociais, incluindo os dominantes, o que a converte numa questão fundamental. (Castel, 2013, p.108).

Apesar da importância da mulher dentro do processo histórico e também na atualidade, muitas ainda são vítimas de uma realidade marcada pelas mais variadas formas de violência. Em alguns casos as mulheres não têm como sair da situação de vulnerabilidade ou não identificam as agressões que sofrem tanto dentro do contexto familiar como fora dele. As mulheres têm sua história marcada pela omissão e naturalização do Estado sobre a violência cometida contra elas. A exploração e desigualdade que marca o surgimento do sistema capitalista gerou um sistema social onde a mulher tem um papel submisso e muitas vezes esquecido. Uma análise do processo histórico da mulher é necessária para compreender melhor como a violência é uma realidade antiga das mulheres e como isso influencia até hoje as relações sociais.

11.4 O Contexto Histórico da Mulher

Há séculos a divisão entre os sexos é uma realidade em diferentes sociedades. A mulher, em diversos períodos, sofreu e ainda sofre com essa divisão dos gêneros

que favorece o sexo masculino. Em muitas sociedades o preconceito e a violência contra a mulher são legitimados e naturalizados, assim as mulheres são alvo de diferentes formas de violência, segundo Harari (2017).

Algumas das disparidades culturais, jurídicas e políticas entre homens e mulheres refletem as diferenças biológicas óbvias entre os sexos. Gerar uma criança sempre foi trabalho das mulheres, porque os homens não têm útero. Ainda assim, sobre essa verdade universal, todas as sociedades acumularam diversas camadas de ideias e normas culturais que pouco têm a ver com biologia. As sociedades associam masculinidade e feminilidade com uma série de atributos que, em sua maioria, não têm base biológica. (Harari, 2017, p.153).

As diferenças biológicas entre homens e mulheres foram usadas para justificar e fundamentar a violência. O direito de opinar, de expressão e até mesmo de escolha, foi destinado somente aos homens. A mulher suportou longos períodos de opressão e teve que aguentar um modelo de sociedade baseada na relação patriarcal. As mulheres do seu nascimento até sua morte eram colocadas sob controle das figuras masculinas. Primeiro o pai e em seguida o marido. Isso caracterizou e fortaleceu as relações patriarcais.

No Brasil, com o surgimento da classe burguesa e o processo de modernização com propósito de higienização, a organização familiar sofreu alterações. Os hábitos das classes mais pobres tiveram especial atenção da ordem burguesa. A mudança do trabalho compulsório para o trabalho livre exigiu medidas disciplinadoras nos espaços de trabalho e familiar.

Devido às dificuldades econômicas, além das normas e valores enraizados na cultura brasileira, a organização familiar das classes populares assumia uma multiplicidade de formas. Eram inúmeras famílias chefiadas por mulheres sem a presença de uma figura masculina. No modelo de família burguesa a vontade do indivíduo começava a ter destaque. A relação de natureza patriarcal perdeu um pouco a força, mas sem desaparecer por completo. Nesse modelo de “família conjugal moderna” houve um espaço à concepção de um casamento baseado nas relações amorosas. A ordem burguesa encontrou apoio nas ideias higienistas para enaltecer a intimidade e aconchego no contexto familiar.

A mulher, com respaldo na medicina social da época, tinha características biológicas de dependência da figura masculina, que, ao contrário, tinha características que garantiam sua força e autoridade. A concepção de família, sob ótica da ordem burguesa, exigia uma “nova mulher” que seria responsável pela manutenção desse novo modelo de família, segundo Scott (2016).

A “nova família” também exigia uma “nova mulher”: uma mão dedicada que dispensava especial atenção ao cuidado e à educação dos filhos (não recorrendo mais às amas de leite, por exemplo), responsabilizando-se também pela “formação moral” das crianças. Essa “nova mulher” seria também a esposa afetiva, ainda submissa ao marido, mas não mais completamente sem voz. Desobrigada agora a qualquer trabalho “produtivo”, a mulher estaria voltada inteiramente aos afazeres do lar, o espaço feminino por excelência, ao passo que o espaço público seria o domínio dos homens. (Scott, 2016, p.17).

As mulheres que apresentassem um modelo de comportamento diferente dessa ideia da “nova mulher” da família nos moldes burgueses, seria afastada do convívio social e punida judicialmente se necessário. Neste sentido, é possível perceber que até mesmo o poder judiciário cedia a vontade dos conceitos impostos pela ordem burguesa e seu processo de modernização, sendo assim um recurso para controle e disciplina das classes mais populares. Um exemplo disso é a lei contra adultério do fim do século XIX. Ela só atingia as mulheres mostrando que a infidelidade era aceita quando se tratava do homem, caso fosse uma atitude da mulher era condenável.

O modelo de família da classe burguesa não foi adquirido ou viável para as camadas mais populares. Isso ocorreu pelo contexto de uma sociedade diversa e desigual. A realidade das famílias dos centros urbanos e das famílias ainda presentes nas áreas rurais era totalmente diferente. O ideal de família burguesa teve um processo mais lento, porém tornou-se um novo parâmetro. Nesse processo de construção de uma “nova família” a violência seria presente, pela necessidade da ordem dominante utilizar de práticas coercitivas para validar sua nova concepção de estrutura familiar.

Nas mulheres, principalmente aquelas dos grupos mais pobres da sociedade, a ordem dominante encontrava sucesso nas práticas coercitivas e assim a violência

contra a mulher era multiforme. Não era apenas estrutural, mas também uma violência contra a gênero feminino, nos fundamentos da medicina social da época que buscava legitimar a violência contra o gênero. Apesar da violência existente nesse processo de modernização, a ordem dominante necessitava de uma mão de obra feminina e infantil para a industrialização em processo, segundo Soihet (2018).

A violência seria presença marcante nesse processo. Ainda mais que naquele momento a postura das classes dominantes era mais de coerção do que de direção intelectual ou moral. A análise do caráter multiforme da violência que incidia sobre as mulheres pobres e das repostas por ele encontradas para fazer face às mazelas do sistema ou dos agentes de sua opressão é fundamental. Cabe considerar não só a violência estrutural que incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes de sua condição de gênero; esses aspectos se cruzam na maioria das situações. (Soihet, 2018, p. 363).

Com o término do regime monárquico e da escravidão, o fim do século XIX marca o processo de modernização e urbanização do Brasil. Houve um intenso processo de imigrações e migrações e também começo da industrialização. Esses fatores contribuíram para alterações econômicas e sociais. Surge um novo perfil da população e ocorrem mudanças na presença das mulheres no campo de trabalho. As mulheres e crianças tornaram-se a mão de obra principal do setor industrial em expansão. Na tecelagem, setor de vestuário e na manufatura de cigarros a concentração da mão de obra feminina era cerca de 70%.

A contratação das mulheres pelo setor industrial tinha um objetivo específico. Os donos de fábricas buscavam na delicadeza das mulheres a qualidade na produção de certos produtos. Além da qualidade dos seus produtos os donos dos meios de produção, tinham no trabalho feminino e infantil uma fonte de lucro maior comparado à mão de obra masculina.

Em vista disso as mulheres eram, na lógica da ordem burguesa, submissas e pacientes. Eram retratadas pelos meios de imprensa da época como frágeis e indefesas, passivas à realidade. A grande verdade é que os meios de comunicação não contavam a realidade das mulheres operárias. Elas participavam ativamente das lutas por melhores condições de trabalho e tinham consciência política, contra as situações de assédio e maus-tratos pelos patrões.

Por consequência dessa resistência e luta, as mulheres foram em parte responsáveis pela formulação de uma legislação trabalhista que garantia os direitos às mulheres. Essas leis causaram demissões e dificultavam a inserção feminina nos campos de trabalho, segundo Matos e Borelli (2016).

Entre 1917 e 1919, vinculadas as preocupações de ordem moral, apareceram as primeiras medidas regulamentadoras do trabalho feminino, proibindo a jornada noturna das mulheres e a atividade durante o último mês de gravidez e o primeiro de puerpério. Contudo, essas medidas geraram ambiguidades e contradições; ao proteger as mulheres por considerá-las frágeis e vulneráveis, acabaram provocando demissões e dificultado a inserção feminina no mercado de trabalho, pois as mulheres passaram a ser vistas pelos empregadores também como onerosas. (Matos e Borelli, 2016, p.129).

A trajetória da mulher no mundo do trabalho foi marcada pelos estereótipos impostos à figura feminina na sociedade burguesa, apesar da resistência e luta das mulheres operárias pela sua própria sobrevivência e contra os abusos sofridos dentro do ambiente das fábricas. Neste sentido, as mulheres tinham que encontrar alternativas para sobreviver à falta de empregos ou para complementar a renda familiar.

O desenvolvimento do projeto de modernização que marca a Belle Époque atingiu diretamente as camadas mais pobres. Pela necessidade de moradia perto do mercado de trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras se estabeleceram nas principais capitais do país. Essas moradias eram em sua maioria, coletivas ou cortiços que ao ver da ordem burguesa, deixavam o cenário urbano feio e não contribuía com o projeto de modernização. Com diminuição da oferta de empregos nas fábricas, em consequência do aumento da mão de obra masculina nas cidades, as mulheres tiveram que encontrar outras formas de renda no trabalho realizado no contexto doméstico.

O processo de desapropriação de moradias, além dos altos custos das moradias populares afetou essas mulheres. A sobrevivência dessas mulheres pobres dependia do seu jogo de cintura em criar estratégias para obter sua renda. Na lógica burguesa, o comportamento feminino deveria se limitar a realidade do lar e a vigilância

constante. Os papéis eram bem estabelecidos. O homem tinha total liberdade de habitar qualquer esfera social, pois ele era fonte de força e virilidade.

As mulheres pobres não tinham opção de seguir os moldes da sociedade burguesa, diferente das mulheres das classes mais altas que tinham conforto e luxos. As mulheres pobres tinham que trabalhar fora de casa. Na visão de juristas e médicos da época, sair do lar poderia afetar o progresso da moralidade, mas a mulher precisava de um espaço para conquistar sua fonte de renda e sobrevivência. A resistência era uma alternativa à dura realidade social, segundo Soihet (2018).

No tocante às formas de violência específicas da condição feminina, aquela relativa ao relacionamento homem/mulher revestia-se de caráter especial. Apesar da existência de muitas semelhanças entre mulheres de classes sociais diferentes, aquelas das camadas populares possuíam características próprias, padrões específicos, ligados às suas condições concretas de existência. Como era grande sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as mulheres populares, em grandes partes, não se adaptavam às características, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil. (Soihet, 2018, p.367).

A realidade das mulheres pobres no Brasil era oposta ao contexto esperado pela ordem dominante. Em muitos lares as mulheres não eram submissas aos companheiros, por consequência, a violência contra elas era presente. Por muito tempo isso não foi considerado um problema social e não existiam ações para promover e combater essa forma de violência. Na ideologia da ordem burguesa, o homem deveria assumir seu posto de domínio nas relações familiares. Como muitas vezes não tem poder nas relações sociais fora do contexto familiar, assim esse homem precisa ter sua autoridade garantida dentro do lar, segundo Soihet (2018).

O homem pobre, por suas condições de vida, estava longe de poder assumir o papel mantenedor da família previsto pela ideologia dominante, tampouco o papel de dominador, típico desses padrões. Ele sofria a influência dos referidos padrões culturais e, na medida em que sua prática de revelava uma situação bem diversa em termos de resistência de sua companheira a seus laivos de tirania, era acometido de

insegurança. A violência surgia, assim, de sua incapacidade de exercer o poder irrestrito sobre a mulher, sendo antes uma demonstração de fraqueza e impotência do que de força e poder. (Soihet, 2018, p.370).

O Estado era omissivo, não defendia a mulher, ao contrário. Até o século passado o código Filipino permitia o homicídio contra a mulher, no caso de adultério, para garantir a honra do marido. A ideologia da sociedade patriarcal pode interferir, e muito, na vida das mulheres. Elas ficavam sujeitas aos olhos vendados da justiça durante toda sua vida.

No começo de sua vida, a mulher já tinha seu papel determinado de esposa e mãe. Nas classes sociais mais elevadas o casamento e a maternidade eram o objetivo imposto. Já nas classes sociais mais pobres, a vida das mulheres tinha uma rotina de trabalho incessante, já que o Estado não dava proteção contra a pobreza e a violência. O Estado que cobrava uma postura da mulher dentro dos moldes sociais, era o mesmo que não a protegia da pobreza extrema e da violência.

Uma análise do avanço do sistema capitalista mostra que a situação da mulher mudou. E pela resistência de diferentes mulheres. Apesar dos diversos estágios do sistema capitalista a problemática da Questão Social se reformula, mas não deixa de existir. A relação capital/trabalho tem na exploração da mão de obra do proletariado sua principal característica.

O caminho das mulheres é marcado por muita luta e resistência. Em 1827 surge a primeira lei permitindo o ensino básico das mulheres e somente em 1879 foi permitido o acesso ao ensino superior. É importante destacar que, mesmo assim, as mulheres que tentavam seguir seus estudos eram criticadas por seguimentos da sociedade. Esse caminho ainda era viável para as mulheres das classes mais elevadas. As mulheres das camadas mais populares não tinham, em muitas situações, nem o ensino básico. A liberdade e igualdade que nascia junto com o capitalismo, caiu por terra por que esses direitos só eram destinados aos homens.

Figura 4: Bertha Lutz: feminista, bióloga e deputada, que deixou um legado para o progresso das mulheres



Fonte: <https://www.metropoles.com/brasil/acervo-de-bertha-lutz-garante-certificado-da-unesco-a-camara>

Por meio da luta de mulheres foram possíveis algumas conquistas. Na década de 1930 as mulheres conquistam o direito ao voto. O movimento feminista que tem sua origem na Inglaterra no final do século XIX, chegou ao Brasil na figura de Bertha Lutz. Começam a se manifestar pela liberdade jurídica e política que marca a primeira onda do movimento feminista. Cabe ressaltar que o voto feminino foi a principal conquista da década de 1930, mas bem antes dessa conquista ainda na década de 1920 as mulheres perceberam que era necessário a emancipação por meio de uma educação racional, segundo Soihet (2016).

Em 1920, Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura uniram-se para criar a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher. Essa entidade funcionaria como um grupo de estudos, diferentemente das Associações Cristãs e outras entidades voltadas para a filantropia, que, segundo Maria Lacerda de Moura, nunca resolveriam os problemas básicos das mulheres. Era preciso que as mulheres recebessem “uma educação racional” que as levasse à “sua perfeita emancipação intelectual”. (Soihet, 2016, p.222).

Esse movimento, que marca a primeira onda do feminismo brasileiro, estabeleceu as primeiras manifestações contra a naturalização das mulheres na sociedade brasileira. Na visão de Bertha Lutz, seria possível a mudança com base na lei. Essa primeira onda do feminismo era composta por mulheres dos seguimentos mais elevados e médios, cujo objetivo principal era o direito ao voto. E se

preocupavam também em garantir os direitos das mulheres da classe trabalhadora. Os segmentos populares tinham outras questões que as mulheres da elite burguesa desconheciam.

No governo Vargas, a promulgação da constituição de 1934 foi marcada pela conquista de algumas reivindicações da primeira onda do feminismo brasileiro. Surgiram outros questionamentos e desta forma, a situação da mulher sofreu alterações que seriam ampliadas. Essas mulheres podem ser consideradas a fagulha da mudança social das mulheres.

Figura 5: O jornal A Manhã, do Rio de Janeiro, fazia campanha pelo voto da mulher em 1926



Fonte: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/06/20/do-chao-de-fabrica-ao-plenario/>

Após a segunda grande guerra, a década de 1950 marca a ascensão da classe média e o crescimento urbano e industrial. Esse crescimento urbano fez surgir possibilidades educacionais e profissionais aos homens e mulheres, levando ao discurso político, ideias de democracia e participação popular. O acesso a informação, ao lazer e produtos de consumo se expandiram. As relações sociais ganhavam novas

configurações, aproximando homens e mulheres, porém segundo Pinsky os papéis continuam distintos.

Se o Brasil acompanhou, à sua maneira, as tendências internacionais de modernização e de emancipação feminina – impulsionadas com a participação das mulheres no esforço de guerra e reforçadas pelo desenvolvimento econômico -, também foi influenciado pelas campanhas estrangeiras que, com o fim da guerra, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade (Pinsky, 2018, p. 608).

As famílias na década de 1950 ainda tinham os elementos da década anterior, com as mulheres colocadas como provedoras dos cuidados do marido e filhos precisando manter uma postura de feminilidade, entendida como conduta marcada pela pureza e doçura. A sexualidade do casal também sofria interferência da ideologia dominante. O homem tinha total liberdade de adquirir conhecimentos e experiências, diferente da mulher, que não poderia fazer o mesmo.

Neste contexto a essência feminina era ser mãe, esposa e dona de casa, dedicando-se a manter a ordem do lar. O campo de trabalho, a força e aventura seriam características do homem. Em caso de contestação dessa ordem natural, a mulher estaria indo contra sua própria natureza e não seria ou faria ninguém feliz. Desde cedo as meninas teriam que ser orientadas a desempenhar seu papel como mãe e esposa de forma exemplar.

As moças necessitavam manter o autocontrole. O casamento e a maternidade eram impostos como objetivo central da vida dessas jovens. As intimidades entre mulheres e homens antes do casamento ainda era malvista pela sociedade. Em caso de desvio do bom caminho as mulheres ficavam mal faladas, assim sendo a vigilância era constante e necessária.

Apesar de todas as regras da época, o casamento sem afeto e pela vontade dos pais estava fora de moda e havia contato entre os jovens pretendentes. Os membros mais conservadores da sociedade criticavam as obras literárias e cinematográficas americanas por mostrar intimidades entre homens e mulheres. É possível perceber que as mulheres eram controladas de todas as formas, a divisão entre os sexos era marcante e esse modelo de moça de família manteve-se.

Enquanto os homens eram incentivados a ter uma vida amorosa ativa, uma mulher que namorasse mais de um homem durante a vida, na década de 1950 era colocada como desviada do caminho certo e causava vergonha a sua família. O homem tinha total liberdade antes e até depois do casamento, buscando satisfação sexual com mulheres das classes mais populares, pois não queriam ter aventuras com mulheres do seu meio. Esse fato mostra que, até os critérios de valorização das mulheres reforçavam as desigualdades sociais.

Apesar de todo controle na década de 1950, ocorreu um crescimento no mercado de trabalho em serviços públicos, no comércio e nos escritórios surgindo espaço para as profissões destinadas ao público feminino. Essas profissões exigiam das mulheres uma qualificação. Assim houve uma demanda maior de escolaridade feminina com alteração do status social. Mesmo assim o preconceito sobre o trabalho feminino trouxe grande dificuldade para alcançar a autonomia, apesar do trabalho sempre estafante das mulheres pobres. O preconceito tinha o agravante da condição social, segundo Fonseca (2018).

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres. Basta aproximar-se da realidade de outrora para constatar que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa. (Fonseca, 2018, p. 517).

O medo das mulheres acessarem o mundo do trabalho tinha relação com a autonomia que a mulher teria. O homem deixaria de ser o único com condições de manter a família e assim não existiria a dependência econômica da mulher. Era costume a mulher sair do emprego após o casamento ou nascimento dos filhos, para ser preservada da rua. A década de 1950 marca o começo de uma nova realidade para as mulheres, apesar dos estereótipos continuarem fortes na sociedade. As mulheres começaram a traçar um novo horizonte. O aumento no índice da escolaridade feminina, devido ao desenvolvimento econômico da época, mostrava

que as mulheres pensavam no futuro profissional e começavam a investir na sua educação.

Mesmo que o investimento e número de homens no mundo acadêmico na época fosse superior, as mulheres começaram a ganhar espaço nas universidades. Essa investida não passou despercebida. A ordem dominante procurou manter a hierarquia entre os homens e mulheres. O acesso ao conhecimento foi colocado como necessário para que a mulher soubesse conversar para agradar o marido e tivesse como administrar a casa e a educação dos filhos. Desta forma a mulher teria acesso à educação, mas de forma limitada para não superar seu cônjuge.

Essas questões que envolviam a mulher na sociedade brasileira continuaram a existir na década de 1960. A “segunda onda” do feminismo chegou ao Brasil com objetivo que ia além da reivindicação pelos direitos políticos, econômicos e educacionais. As feministas da “segunda onda” tinham em pauta reivindicações ligadas à sexualidade, poder sobre seu corpo. Desta forma a violência contra as mulheres teve destaque. Diferente da “primeira onda” as mulheres da classe trabalhadora tiveram prioridade na luta feminista na década de 1960. O processo de urbanização iniciado na década anterior foi intensificado. Além disso a visibilidade das mulheres aumentou e a presença das mulheres nas universidades e empregos formais não era mais tabu. O Brasil dos anos 60 passava por intensa atividade política e o movimento feminista participou ativamente da militância contra a ditadura militar, segundo Pedro (2016).

Ao longo das décadas de 1960,70 e 80, mulheres atuaram ainda nos clubes de mães, nos movimentos por creche, nas marchas da “panela vazia” (ou “panelaços”), nas reivindicações por anistia política (aos presos e aos perseguidos pelo regime) e no movimento Diretas Já (por eleições diretas). Além disso, criaram associações femininas específicas e “casas da mulher”. Nos sindicatos, reivindicaram a existência de seções femininas e exigiram a inclusão de mulheres nos cargos de diretoria; realizaram encontros de trabalhadoras e participaram ativamente da vida sindical. (Pedro, 2016, p.240 e 241).

O movimento feminista da “segunda onda” tinha que lidar com questões ainda mais complexas. Enquanto a primeira onda garantiu o direito ao voto, a segunda onda lidou com o tabu da sexualidade, liberdade sobre o próprio corpo e o prazer das

mulheres. No começo dos anos 60, a “pílula” tornou-se um símbolo de uma nova geração de mulheres. Mais ativas e politizadas, essas mulheres tomaram como objetivo a proteção e luta dos direitos de todas as mulheres. Se nas décadas anteriores as mulheres tinham por obrigação a limitação das suas experiências sexuais, a segunda onda do feminismo estabeleceu o enfrentamento do preconceito sexual. Além de atuar ativamente nos grupos de resistência a repressão da ditadura militar, fundaram grupos de consciência e reflexão.

Figura 6: Eva Todor, Tonia Carreiro, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara e Norma Bengel



Fonte: <https://imprensafeminista.wordpress.com/2015/01/06/os-anos-de-chumbo-para-as-mulheres-a-ditadura-militar-no-brasil/>

Mulheres intelectuais conheceram nos Estados Unidos e Europa Ocidental grupos com esses objetivos e obras sobre feminismo. Sua militância política visava a luta pela melhoria das condições sociais das mulheres.

Levando em consideração todos esses fatos, é possível perceber que a mulher na sociedade brasileira é personagem central de uma trajetória de luta e resistência. Na estrutura social a mulher por diversos períodos foi colocada em segundo plano. As disparidades cometidas contra as mulheres têm raízes antigas e muitas delas ainda não foram superadas. As mulheres de diferentes classes sociais sofreram e ainda sofrem com uma violência estrutural. O combate a violência contra a mulher tornou-

se, com o tempo, bandeira de muitos profissionais, aumentando a força do movimento feminista.

Desde sua origem, o movimento feminista brasileiro estabeleceu que a mudança da realidade da mulher só teria sucesso se existisse uma autonomia da mulher por meio da educação e do trabalho. O avanço das lutas feministas teve consequências. A mulher ganhou espaços no mundo acadêmico e do trabalho; porém ainda era necessária atenção ao desenvolvimento de mecanismos e diretrizes com objetivo de proteção e inibição da violação dos direitos das mulheres, segundo Lage e Nader (2016).

Além de denunciar e acompanhar os casos de violência e prestar assistências às vítimas, através de suas ONGs, na década de 1980, o movimento feminista procurou articular-se às diferentes instâncias governamentais com o objetivo de incluir na pauta dos governos as suas reivindicações, dentre as quais se destacava o combate à violência contra a mulher. O resultado dessa luta foi positivo. Progressivamente, seriam implantadas políticas públicas e criados órgãos e serviços com a finalidade de proteger e apoiar as mulheres em situação de violência. (Lage e Nader, 2016, p. 300).

Após os anos de repressão e violência dos anos de ditadura militar, a constituição de 1988 é um marco na questão dos direitos das mulheres. Em 1985 foi criada a primeira delegacia especializada no atendimento à mulher (DEAM) primeiro em São Paulo e logo em seguida em outros estados. Naturalmente sua criação não deixou de encarar resistência dentro da própria organização polícia, fruto dos anos de aceitação da polícia aos casos de violência contra a mulher, principalmente no contexto doméstico. Em muitas situações nesse processo de luta das mulheres, a visão de minimização da violência contra o gênero feminino não era apenas dos homens, muitas mulheres defendiam que a violência no contexto doméstico era parte das relações conjugais.

A luta dos movimentos das mulheres era não só para mudar conceitos já determinados, mas também existia a necessidade de sensibilizar e conscientizar as mulheres para a quebra dos ciclos de violência. Ainda no ano de 1985, surgiu o CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) com objetivo de articular e propor diretrizes para ações governamentais voltada às mulheres. O CNDM participou

ativamente da formulação da constituição de 1988 por meio da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, redigida em agosto de 1986 em um encontro da CNDM, que tinha em suas páginas todos os pontos necessários para a construção de uma sociedade democrática de verdade. Nessa carta, havia princípios em todas as áreas para assegurar a proteção e defesa das mulheres sem distinção de classe social. A constituição de 1988 garante nos termos das leis a equidade de gênero, representando também o reconhecimento da violência contra as mulheres e a necessidade de serviços voltados a sua prevenção e combate.

12 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

No tecer das relações sociais a violência, seja ela no âmbito doméstico ou em outro contexto, sempre existiu na realidade das mulheres de diferentes classes sociais ou etnias. Segundo dados do “site” Compromisso e Atitude, (<http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-e-estatisticas-sobre-violencia-contra-as-mulheres/>) no Brasil 01 (um) a cada 03 (três) casos de mulheres vítimas de violência são resolvidos. Esses dados representam as mulheres que tomaram coragem para denunciar sua situação de vulnerabilidade. A definição de violência contra mulher torna-se complexa, sendo que ela existe em diversos contextos, nas palavras de Bandeira (2017).

Some-se a isso, o fato de que é necessário reconhecer que a violência contra a mulher é uma força social herdada da ordem patriarcal e dotada de capacidade estruturante da realidade social. Essa se torna uma modalidade expressiva em nossa sociedade, posta que está carregada de significados e significações, e cujas relações sociais são permeadas por relações de dominação e de poder, nas quais a carga simbólica é tão determinante quanto as demais. (Bandeira, 2017, p.21).

Atualmente vemos um aumento de casos de violência contra a mulher e, aos poucos, as mulheres começam a expor sua situação de risco. Nos casos de violência doméstica a situação torna-se ainda mais complexa. Dentro desse contexto de violência existem diferentes formas que vão além da física popularmente conhecida. A violência contra a integridade física da mulher pode ser extrema e assim é mais visível. A mulher fica marcada pela agressão e os danos podem ser em muitas situações irreversíveis. No Brasil dados de 2017 afirmam que, a cada hora, 503 mulheres sofrem violência física. Por motivo de constrangimento e medo e por estar no convívio junto ao agressor, muitas não denunciam essa situação.

Nesse contexto de violência dentro do lar, a mulher é colocada em uma situação de dependência ao agressor, seus bens e recursos financeiros são afetados pelo agressor para que a situação de dominação não seja apenas por meio da força física. A violência patrimonial se configura na retenção ou destruição dos bens da vítima, desta forma ela não pode fugir da situação de vulnerabilidade. Os números da

violência moral são pequenos comparados as outras formas de violência, cerca de 1,93% das mulheres já sofreram essa forma de violência.

Outra forma de violência contra a mulher, ainda no contexto familiar, é a violência sexual que não só existe no ambiente doméstico como apresenta características que vão além do ato sexual em si. Neste tipo de violência o agressor interfere nos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, o ato de forçar uma relação sexual por meio da intimidação ou ameaça com a vítima se configura como violência sexual. Essa forma de violência é marcada pela dominação do agressor sobre a vítima. Outra forma que caracteriza a violência sexual no contexto doméstico é a proibição à vítima de usar métodos de proteção para prevenção da gravidez ou a doenças sexualmente transmissíveis colocando a vítima em situação de risco, que pode acabar em um dano permanente. Em relação as estatísticas sobre a violência sexual contra a mulher, dados apontam que 4,30% das mulheres no Brasil já sofreram esse tipo de violência.

Os dados apresentados anteriormente são relevantes, porém o ano de 2019 apresenta aumentos alarmantes dentro desse contexto. O perfil da mulher vítima de violência, segundo levantamento do Datafolha no mês de março de 2019, mostra que existe um alto índice de crimes cometidos dentro do ambiente doméstico, na maior parte realizados com instrumento de arma branca, logo em seguida vem a arma de fogo. Na sequência vem o estrangulamento, asfixia e outros somando um total de 179 crimes somente em janeiro de 2019. A faixa média de idade das vítimas é de 33 anos. A pesquisa mostra ainda que o agressor está na média de 38 anos de idade. Salientando que a violência no ambiente doméstico é alta, o levantamento mostra que o agressor é em grande parte dos casos o companheiro ou ex, com histórico de agressão que segundo a pesquisa, representa 01 (um) em cada 04 (quatro) suspeitos.

Mesmo com as medidas protetivas contra os agressores, as vítimas ainda são acometidas a violência em suas residências, muitas vezes por ciúmes ou desconfiança de uma suposta traição. Isso mostra que a violência contra a mulher no ambiente doméstico ainda é muito alta e não afeta somente a vítima, mas também toda estrutura familiar, em muitos casos as crianças são expostas a essa violência trazendo danos irreversíveis.

Uma faceta da violência contra a mulher se caracteriza no feminicídio. Por definição esse tipo de crime ocorre pelo gênero. Nas palavras de Campos (2015), o termo feminicídio surge como contraponto a neutralidade aos casos de homicídios de gênero.

A categoria femicídio/feminicídio é oriunda da teoria feminista. O termo femicídio (femicide) é atribuído a Diana Russel, que em 1976 o utilizou para referir a morte de mulheres por homens pelo fato de serem mulheres como uma alternativa feminista ao termo homicídio que invisibiliza aquele crime letal. (Campos, 2015, p.105).

O feminicídio é o resultado final de uma realidade marcada pela falta de equidade na sociedade brasileira, sendo uma herança histórica, econômica e social, que coloca a mulher em situação de inferioridade perante a um Estado omissivo em relação a sua proteção. O feminicídio marca a contradição da constituição federal que estabelece no Art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, o inciso I “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. A garantia de direitos, não existe de fato nas relações entre os sexos nos diferentes âmbitos, o feminicídio é a expressão dessa realidade. Pois, a segurança da mulher é colocada diariamente em risco pelo sistema que não responde a necessidade na agilidade em efetuar o que está assegurado na lei.

São milhares de mulheres nessa situação de risco, o aumento no número de denúncias necessita de uma resposta rápida do Estado, que tem como dever proteger todos sem distinção de gênero. O movimento feminista que foi parte fundamental de muitas conquistas em defesa das mulheres, tem sido efetivo na atualidade por meio das redes sociais, fazendo campanhas de combate a esse tipo de violência. Nem sempre a mulher entende que está em uma situação de violência, é necessário que seja realizado por meio do trabalho de diversos profissionais essa conscientização. A Rede faz parte desse processo informativo para as mulheres, com a união de diversos serviços. E através desse processo é possível estabelecer um caminho para diminuição dos altos índices de violência contra a mulher.

Figura 7: Matéria do Jornal Folha de São Paulo no dia Internacional das Mulheres



Fonte: Folha de S. Paulo do 8 de março de 2019

No Dia Internacional de Mulher do presente ano, o Jornal Folha de São Paulo apresentou um amplo panorama sobre a questão da violência contra a mulher, com destaque para o fato de que 71% dos feminicídios tem o parceiro como suspeito e que 45% destes são realizados pelo próprio marido ou companheiro, indo assim, ao encontro do que está estudado nesta monografia.

A “Folha” realizou seu trabalho estatístico baseada no pesquisador da USP Jefferson Nascimento, que faz sua pesquisa compilando dados de 25 estados brasileiros. Os dados demonstram que mesmo com a Lei do Feminicídio, que prevê penas de 12 a 30 anos de reclusão, ainda é grande a incidência de crimes contra a mulher, chegando a seis crimes de feminicídio por dia em janeiro de 2019. A maioria dentro da casa da vítima, os dados principais foram compilados e se apresentam em ANEXO.

Ciclo da Violência Contra a Mulher

O ciclo da violência caracteriza-se por três momentos marcantes em um relacionamento. Ocorrem de forma sequencial, independentes e também integrados, configurando um processo que se repete de forma continuada, até que ocorra seu rompimento.

Figura 8: Ciclo da Violência



Fonte: <https://apav.pt/vd/index.php/vd/o-ciclo-da-violencia-domestica>

Como verificado na figura acima, esses momentos são:

- Tensão: Marcado pela fase violenta, onde o agressor pode ofender a vítima e até usar de sua força física.
- Arrependimento: Marcado pela fase de promessas de melhora no relacionamento.
- Reconciliação: Marcado pelo momento em que o casal passa a acreditar em um novo comprometimento de paz e mudanças na relação.

De forma geral o ciclo da violência contra a mulher está diretamente relacionado com a violência doméstica. O agressor de forma sedutora faz com que a vítima que já se encontra fragilizada, confusa e culpada pela violência, volte a acreditar numa relação de confiança com o mesmo, passando por um momento de sedução e reconciliação. Até que o ciclo se reinicie com uma nova manifestação de violência, com novos agravantes, em um novo processo de reconciliação e assim por diante.

Esta situação, que tende a piorar, trazendo consequências cada vez mais graves, por muitas vezes deixando sequelas irreversíveis nas vítimas, só poderá se romper, ou por uma situação trágica ou pela reação da vítima na busca de seus direitos enquanto mulher. Dentro destes direitos, no caso do Brasil, a Lei Maria da Penha, representa uma transformação na luta das mulheres que vivem e vivem o ciclo

da violência, por facilitar o reconhecimento e acesso aos direitos que possibilitam o rompimento deste ciclo.

12.1 A Lei Maria da Penha

No Brasil, apesar da constituição de 1988 já definir a igualdade de gêneros e a proteção da mulher, as recomendações da convenção da ONU que tratou de questões de igualdade de gêneros, adotadas pela assembleia geral desse organismo em 1979, estudadas pelo comitê para os direitos da mulher, criado em 1946, as mesmas recomendações só foram incorporadas em 1992. Até o final do século XX, esse país ainda não tinha regulamentado esta questão, o que só veio ocorrer em 2006 com a promulgação da Lei Maria da Penha (11340/06).

Com esta lei, ineditamente criou-se mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas para a prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência e rompeu-se o silêncio que acoberta 70% dos homicídios de mulheres no Brasil. Estudos e pesquisas revelam a existência de uma desigualdade estrutural de poder entre homens e mulheres e grande vulnerabilidade social das últimas, muito especialmente na esfera privada de suas vidas. (Piovesan e Pimentel, 2007)

Ainda que o empoderamento da mulher na sociedade brasileira não tem sido suficiente para acabar com essa violência e a mulher seja vista como objeto de submissão por parte da sociedade, resultado de uma sociedade equivocada e que tolera essa violência com uma visão de subordinação da mulher, a Lei Maria da Penha se apresenta como um símbolo de luta no combate a violência doméstica. Essa lei foi criada para refrear e punir os agressores, contribui também na conscientização das mulheres sobre seus direitos, deve-se ressaltar também a importância dessa lei como uma política pública no enfrentamento, nas mudanças e nas ações para essa questão.

Segundo a ministra do Superior Tribunal de Justiça, Eliana Calmon Alves, somente com a agilidade do Estado, e adoção de trabalhos multidisciplinares, podemos entender a importância de outros profissionais, entre eles o assistente social dentro desse contexto.

Constituindo-se a Lei Maria da Penha em uma quebra de paradigma, só funcionará, efetivamente, se pelo Estado houver a implementação dos serviços multidisciplinares previstos no microssistema criado. Por parte dos atores do processo, dentre os quais juízes e membros do Ministério Público, espera-se que vençam a tradicional morosidade do Judiciário, mediante a aplicação da norma de maneira inteiramente nova, sem burocracias e sem formalismo. (Alves, 2015, p. 6).

A atuação da equipe multidisciplinar é necessária nos atendimentos as mulheres vítimas da violência doméstica, onde deve ser realizado um trabalho integrado e articulado com ações propositivas.

O compromisso do Estado na implementação das equipes multidisciplinares torna –se cada vez maior. Inclusive, segundo Mello, 2007, pg 51, a lei preconiza a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar em cadastros e programas assistenciais, de forma a facilitar a empregabilidade dessas mulheres, bem como programas integrados em outras áreas governamentais voltadas para saúde e educação de filhos, por exemplo.

“A Lei prevê que os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher contem com equipe de técnicos especializados nas áreas de psicologia, serviço social, jurídica e de saúde que visam a prestar um atendimento mais humanizado à vítima de violência doméstica e familiar, de modo a permitir um atendimento completo e voltado para o respeito à dignidade de todos os envolvidos, com ênfase na família”. (Mello, 2007, p. 133)

A Lei Maria da Penha estabelece que as DEAMS façam núcleos para investigação dos feminicídios, para atender por meio de equipes especializadas as mulheres vitimadas. Ainda que a Lei Maria da Penha trouxe avanços na questão do enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, existe uma necessidade de ajustes para um trabalho de prevenção à violência, pois na prática da aplicação da lei na atualidade, apesar do direcionamento de parte da lei para medidas socializantes para o papel do assistente social, a aplicação da mesma se mantém focada na repressão.

Deve se destacar que a Lei Maria da Penha também tem importância como instrumento que regulamentou o parágrafo 8º da Constituição Federal de 1988, que

como dito, preconiza a igualdade de gêneros. A mesma também ratificou a adesão do Brasil na “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher” (Belém do Pará, 1994). Cabe destacar que no Brasil a adesão a este tipo de convenção tem força de lei interna.

A convenção declara que a violência contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos e às liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente à mulher o reconhecimento, gozo e exercício de tais direitos e liberdade.

[...] A convenção entende por violência contra a mulher “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. (Mello, 2017, pg 219)

Portanto, observa-se que toda a mobilização para regulamentar a lei, que passou a ter inegável importância na luta das mulheres na sociedade brasileira, também representou a reafirmação de princípios e conceitos que de certo modo já eram obrigatórios no Brasil, ou seja, até para se estabelecer direitos adquiridos houve a necessidade de disputa de posições.

Figura 9: Lula e Maria da Penha durante cerimônia de sanção da Lei Maria da Penha em 2006



Fonte: <https://pt.org.br/ha-12-anos-lula-sancionava-a-lei-maria-da-penha/>

12.2 O Papel do Assistente Social no Enfrentamento da Violência Doméstica Contra a Mulher

Para compreender o papel do assistente social no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, cabe fazer uma síntese do surgimento do serviço social e

do desenvolvimento da profissão até os dias atuais. Do seu surgimento até atualidade, o serviço social está intimamente ligado com as transformações do cotidiano das classes sociais e teve diversas influências das correntes filosóficas nesse processo de construção teórica e metodológica. É justo remeter-se ao passado para compreender o perfil profissional do assistente social nos dias atuais, na superação do caráter filantrópico e pela efetivação dos direitos. O serviço social tem em sua rica história a marca da resistência, em uma sociedade marcada pela exploração e desigualdade.

Na Europa do século XIX, a situação da classe operária era de extrema miséria e exploração, consequência do capitalismo e industrialização em progresso no continente. Neste contexto, a Igreja católica começa a se posicionar, em conjunto com o Estado, estabelecendo alianças e traçando formas para manutenção do seu poder sobre a classe operária. É fato que a Igreja católica observou a crescente crise que afetava os costumes cristãos, as ameaças se caracterizavam pela disseminação de ideias como o liberalismo e comunismo. A Igreja não poderia falhar na sua missão de encaminhar o Homem ao caminho da vida eterna, tais ideias causavam desordem aos mandamentos divinos cabendo a santa Igreja enfrentar o avanço das mesmas na vida de seus fiéis.

Na visão de Leão XIII³ era trágico a possível ascensão do liberalismo, comunismo e do individualismo na vida dos operários, desta forma as encíclicas “*Rerum Novarum*” e “*Quadragesimo Anno*”, em seus respectivos anos de publicação, surgem como fundamental forma de concretizar a intervenção da Igreja, segundo Castro (2011) as primeiras características do curso de Serviço Social foram fortemente influenciadas por tais encíclicas.

No período que o Serviço Social transita para sua profissionalização, quando penetra nos centros de ensino superior e se vincula a certas instâncias do Estado – ou ingressa diretamente na Universidade -, duas encíclicas papais tiveram um papel sumamente importante para enformar o seu desenvolvimento (mesmo que se leve em conta que, junto delas, a ação direta da Igreja e a sua permanente inspiração ideológica responderam

³Papa italiano da Igreja Católica Romana (1878-1903) nascido em Carpineto Romano, nos Estados Pontifícios, responsável por uma profunda renovação na Igreja Católica, especialmente nas áreas políticas e pastorais.” Fonte: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral/papa-leao-xiii> Acesso em 13/02/2019

pelo perfil e pelo substrato doutrinário da formação dos primeiros centros de formação superior. (Castro, 2011, p. 51)

As encíclicas papais tinham objetivos parecidos e também suas particularidades, os períodos que separam as duas encíclicas foram fundamentais para sua elaboração. A *Rerum Novarum* é de autoria de Leão XIII, a ideia central era de estabelecer uma ação contra o avanço de ideias que seriam trágicas a moral e costumes cristãos. Desta forma seria necessário a intervenção do Estado para solucionar os problemas da classe operária.

A *Rerum Novarum* determinava que não deveria existir uma concordância entre as classes, e que o Homem deveria aceitar sua condição social. Ainda no documento papal afirmava que ideias como socialismo estimulavam o ódio entre os ricos e pobres. Além disso, para Leão XIII, as ideias socialistas de liquidar a propriedade privada, prejudicava os direitos naturais, atrapalhavam o Estado no cumprimento de seu dever e com isso a tranquilidade de todos. A análise desses documentos papais deixa explícito a função da Igreja como instrumento para manutenção da ordem vigente. As ideias que surgiram nesse período colocavam em “risco” o temor das classes subalternas no poder divino, desta forma seria necessário responder de forma rápida a essa ameaça.

Quarenta anos depois a Igreja cria a encíclica *Quadragesimo Anno*, sobre autoria de Pio XI esse documento papal surge após a Revolução Russa e durante a crise econômica de 1929. Essa encíclica tinha um tom mais duro, sem perder a essência da *Rerum Novarum*. O desafio desse documento seria fazer um novo “apelo” aos cristãos para repúdio a crescente onda do paganismo e secularização. Para enfrentamento de tais questões, diversas foram as atividades desenvolvidas com destaque a Ação Católica. Dentro da Igreja, a AC tinha como função a disseminação da doutrina católica para reforma social. Nas palavras de Castro (2011) inibir os movimentos operários era necessário para “preservar” a harmonia e combater a luta de classes, mas as encíclicas papais são apenas uma amostra de toda a articulação da Igreja em seu projeto social para minimizar e legitimar a exploração do proletariado.

Travar a organização operária para propiciar a harmonia era vantajoso para os capitalistas e prejudicial aos operários, numa época em que a jornada de trabalho era de 12 ou 14 horas,

em que o campesinato era proletarizado a ferro e fogo, em que os trabalhadores das minas e das grandes plantações estavam submetidos a condições bárbaras. Realizada com profunda fé religiosa e dedicada caridade ao próximo, a distribuição de alimentos, de roupas, remédios, leite para crianças etc. dava lugar – objetivamente – ao barateamento da força de trabalho operária ou, no mínimo, ao bloqueio de luta reivindicatória por uma melhoria do seu preço, com o consequente proveito essencial para os donos do capital e do poder.(Castro, 2011, p. 66)

Em seu primeiro momento, o serviço social brasileiro está alinhado ao pensamento da corrente filosófica do Neotomismo. Alinhado a esse pensamento com objetivo de uma formação doutrinária e moral. O serviço social neste período tem uma roupagem para restabelecimento da ordem social e do respeito a autoridade. A intervenção do assistente social da época seria pautada no sentido de ajustar, por meio do seu trabalho metodológico, os componentes da sociedade de acordo com a engrenagem em destaque. Desta forma, o serviço social do período de 1930 a 1940 é marcado como sendo uma parte da Ação Social que teve início na Europa. Ainda que o serviço social estivesse com suas primeiras ações, a intervenção era para assegurar a efetivação das ideias católicas para reforma social. Com forte caráter assistencialista, o serviço social em sua gênese tem o caráter conservador.

Esses primeiros profissionais não questionavam a sociedade e a estrutura na qual interviam, apenas tinham por objetivo manter o status quo. O serviço social era focado na ajuda, mas por não questionar a ordem vigente acabava tendo uma prática alienadora. O serviço social nesse momento tinha um caráter entre a caridade e a repressão. Destacamos a criação de instituições públicas para coordenação desse trabalho assistencial. A LBA foi criada em 1942 pela primeira dama Darci Vargas, que tinha como função ajudar os familiares dos soldados que estavam na Segunda Grande Guerra (1939-1945). É possível perceber a gênese do serviço social vinculado ao assistencialismo e primeiro-damismo. No decorrer da década de 1940, o serviço social ganha espaço. Em 1946 surge a ABESS, coincidindo com a primeira década de existência do curso de serviço social da PUC SP.

É na década de 1940 que há uma transformação marcante no serviço social, principalmente no tocante a questão teórica e metodológica. A década de 1940 marca o serviço social latino americano por consequência da sua aproximação com a

corrente de pensamento norte-americano. A necessidade de uma evolução levou os assistentes sociais da época a buscarem no modelo americano uma renovação dos métodos. A aproximação entre os profissionais de ambos os países foi possível graças as bolsas de estudo cedidas pelo governo dos Estados Unidos aos diretores das Escolas de Serviço Social da América Latina. Mesmo que esse intercâmbio tenha sido um marco no serviço social brasileiro, o mesmo não se afastou completamente das bases católicas e neotomistas de sua gênese, como afirma Aguiar(2011).

Na década de 40, um fato novo vai marcar a vida do Serviço Social brasileiro: o Serviço Social norte-americano, cuja presença será marcante das décadas seguintes. Neste período, a presença europeia ainda é muito significativa, mas gradativamente o eixo de influência mudará. A presença norte-americana se fará através de técnicas para o agir profissional, técnicas essas que terão como pressuposto teórico e funcionalismo. Na segunda metade da década de 1940 e no início da de 1950, constatamos a presença da filosofia tomista aliada às técnicas norte-americanas. Neste período não haverá ruptura radical da ideologia católica, pelo contrário haverá uma convivência das duas posições: o Serviço Social permanece na base dos princípios católicos e neotomistas, inclusive via Estados Unidos e ao mesmo tempo incorpora as técnicas norte-americanas. (Aguiar, 2011, p.80)

Com a influência do modelo norte-americano, o serviço social brasileiro ganha uma roupagem mais técnica. Vale destacar que a escolha do modelo americano levou em consideração o sucesso na intervenção social no país de origem. Apesar da influência americana no serviço social brasileiro representar um avanço, esse caminho seguiu por meio da continuidade do caráter da caridade e filantropia. Neste momento o serviço social toma uma postura com base no pensamento funcionalista, com influência dos grandes pensadores das Ciências Sociais como Durkheim e Parsons.

Este período marca a racionalização do serviço social, os instrumentais começam a ser formulados e também a sistematização dos processos de trabalho. Cabe destacar que a influência norte-americana no serviço social brasileiro trouxe não apenas as ideias dos grandes pensadores das ciências sociais, mas também da psicologia. Com essa nova fase do serviço social brasileiro, o trabalho em comunidade ganhou destaque. Apesar da nova roupagem a presença do pensamento católico

ainda era presente e desta forma ação dos assistentes sociais ainda tinham uma vertente conservadora.

Ainda no tocante a influência americanizada e europeia no serviço social brasileiro, por volta da década de 45 até 60, a corrente positivista também esteve presente na questão metodologia e teórica dos assistentes sociais brasileiros. Nessa corrente filosófica do pensador francês Augusto Comte, a razão tinha todo o poder de superar as teorias anteriores e a sociedade estaria sempre evoluindo rumo a perfeição. Na perspectiva tecnicista, funcionalista e positivista que influenciou o serviço social neste período, apesar do conservadorismo ainda existir, a intervenção dos profissionais estava cada vez mais atrelada ao Estado. Como afirma Silva e Silva (2011).

De um lado, o Serviço Social é cada vez mais absorvido pelo Estado, a partir do seguinte quadro de referência: o objetivo de intervenção profissional se configura pelas disfunções individuais e sociais; os objetivos se voltam a integração social, não se verificando divergência entre os objetivos institucionais e os profissionais; no terreno do conhecimento, a Doutrina Social da Igreja cede lugar a correntes psicológicas, principalmente a psicanálise, e as correntes sociológicas, destacando-se o positivismo e o funcionalismo; os métodos tradicionais de Serviço Social de Casos e Serviço Social de Grupo sistematizam-se. A prática profissional começa a deslocar seu eixo de preocupação do indivíduo para a comunidade, dando margem à adoção de novas técnicas como reunião e nucleação de grupos. Os valores norteadores da profissão são ainda de caráter humanista e a formação profissional passa a se pautar pela busca do avanço técnico na perspectiva do ajustamento do indivíduo numa sociedade harmônica. (Silva e Silva, 1984 apud Silva e Silva 2011, p.47).

A década de 1960 marcou profundamente o serviço social, o contexto histórico e político afetou diretamente os profissionais da área. Neste período, a ideologia desenvolvimentista ganha destaque. O cenário é marcado por dois pontos importantes. Os anos anteriores foram de suma importância para a busca da atualização do serviço social tanto na questão teórica ou metodológica. O serviço social brasileiro vivenciava a agitação política no país e também recebia influência da corrente desenvolvimentista.

A ideologia desenvolvimentista ganhou força no Brasil por volta da década de 50 durante o governo Vargas e teve seu salto significativo. Essa teoria econômica influenciou também o contexto social e conseqüentemente da intervenção dos assistentes sociais da época. Segundo palavras de Iamamoto e Carvalho (2014) essa ideologia busca o crescimento acelerado, porém há pontos negativos.

A ideologia desenvolvimentista em seu aspecto mais aparente e geral envolve a proposta de crescimento econômico acelerado, continuando, autossustentado. O problema central a resolver constitui-se em superar o estágio transitório do subdesenvolvimento e do atraso. A meta a atingir é a prosperidade, a grandeza material da nação, a soberania dela decorrente, a paz e a ordem social – tudo isso potencialmente viável, bastando que se traga à luz a riqueza, existente e adormecida de que o país dispõe, através do traçado de política adequada e do trabalho constante. (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 359)

Por outro lado, neste mesmo período articulava não apenas no Brasil, mas em toda América Latina o movimento de reconceituação do serviço social. O MRSS caracteriza-se pela ruptura de alguns profissionais do serviço social com o conservadorismo presente desde sua gênese. Vale destacar que esse movimento não foi homogêneo, pois muitos profissionais não aderiram ao projeto de construção de uma nova postura profissional. Essa nova ação seria condizente com a realidade das demandas populares, com objetivo de uma transformação social e reflexão sobre as teorias e métodos do serviço social na realidade latino-americana.

Compreender o período político e sua influência na realidade dos assistentes sociais da década de 60 é fundamental. Esse período foi marcado pela forte repressão aos assistentes sociais e estudantes de serviço social que questionavam a dura repressão do regime militar, a censura e a opressão que existiam de diferentes formas. Os profissionais conscientizados e na luta contra a neutralidade que marcou o serviço social tradicionalista, sofreram duras perseguições. Os assistentes sociais que lutaram pelo MRSS reuniram toda a insatisfação da realidade que viviam, como afirma Silva e Silva (2011).

Desse modo, o movimento de reconceituação do serviço social constitui-se, no interior da profissão, num esforço para desenvolvimento de propostas de ação profissional condizentes com as especificidades do contexto

latino-americano, ao mesmo tempo em que se configura como um processo amplo de questionamento e reflexão crítica da profissão. Isso se dá motivado pelas pressões sociais e demandas dos setores populares, num contexto de mobilização, historicamente marcado pelo acirramento das desigualdades de classes e das questões sociais em face da dinâmica capitalista. (Silva e Silva, 2011, p.100).

O MRSS representou um grande salto ao serviço social em todos os sentidos. Apesar da violência da época em que surgiu, os assistentes sociais e estudantes foram à luta por um serviço social crítico e condizente com a realidade de desigualdade e exclusão dos mais pobres. Os assistentes sociais estiveram presentes na luta dos movimentos sociais que enfrentaram os anos de barbárie. Sofreram com pressão constante da ordem vigente em amenizar as consequências das expressões sociais que se agravaram no cenário de repressão e violência da época.

No campo teórico, o serviço social teve sua aproximação com as ideias marxistas, a partir da década de 70 há uma introdução aos pensadores marxistas. A contribuição da aproximação com a vertente marxista não foi apenas no campo teórico, mas também no campo metodológico. Os assistentes sociais de acordo com o MRSS questionavam a vinculação do serviço social com o processo histórico da ordem vigente e sua intervenção alinhada aos propósitos do mesmo. Seria objeto do MRSS apurar a dimensão política da prática na realidade profissional, combatendo a neutralidade perante os problemas sociais.

As práticas profissionais também seriam questionadas. Na perspectiva do MRSS era necessário encontrar novos métodos de ações coerentes com a realidade dos usuários. O movimento de reconceituação firmou o compromisso do serviço social com as classes dominadas, também seria necessário o reconhecimento da exploração e desigualdade existente. A transformação social só seria possível se houvesse condições para garantir a liberdade e emancipação dos sujeitos, que existisse uma superação do caráter conversador da profissão.

Em relação a violência contra a mulher, a intervenção do assistente social está profundamente ligada ao processo sócio-histórico. Da sua gênese a atualidade, em sua pluralidade, a categoria dos assistentes sociais é constituída pelo sexo feminino. Esse predomínio feminino é consequência de uma característica socialmente imposta

pela sociedade, construída sob égide do patriarcado que limita a mulher ao papel de “zelo” também associado ao serviço social desde sua origem. A ruptura desse conceito pré-estabelecido à categoria profissional do assistente social, exigiu e ainda exige uma conscientização da quebra da ideia do serviço social vinculado à caridade, benemerência e ao assistencialismo. O movimento de reconceitualização, traz ao serviço social um novo projeto ético-político-profissional. Para efetivação de uma nova postura do serviço social, o assistente social passa a basear sua intervenção com consciência na realidade dos usuários e na defesa da igualdade de gênero, no combate e prevenção das diversas formas de violência contra a mulher, rompendo de vez com o tradicionalismo e conservadorismo que naturalizava os conflitos sociais.

Com o aumento dos índices de violência contra a mulher, a demanda de trabalho dos assistentes sociais também aumenta, sendo a violência no contexto doméstico um desafio aos profissionais. A violência doméstica é composta por diversas particularidades, a mulher nessa situação fica vulnerável ao convívio diário com seu agressor. A complexidade da situação exige do assistente social uma intervenção delicada, sendo necessário estabelecer e fortalecer o vínculo com a usuária, para que a mesma tenha coragem de procurar ajuda para sair dessa situação de violência. Esse trabalho com a mulher vítima de violência é feito por meio de leis e políticas direcionadas a essa questão, segundo Lage e Nader (2016).

No campo legislativo, a principal vitória do movimento feminista foi a sanção da Lei nº 11.340, denominada Lei Maria da Penha, em 7 de setembro de 2006. Aprovada por unanimidade no Congresso Nacional, a lei propôs a criação de uma política nacional de combate à violência contra a mulher; a introdução de medidas de proteção às vítimas; a criação de um juízo único com competência civil e criminal através de Varas Especializadas de Violência Doméstica. A lei conceitua a violência doméstica contra a mulher com base na Convenção de Belém do Pará, incluindo a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, e prevê a garantia de assistência jurídica gratuita para as mulheres e a não aplicação da lei nº 9.099/95 nos casos de violência doméstica contra as mulheres. (Lage e Nader, 2016, p. 304).

Há 15 anos foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Sendo um marco e primordial na articulação de intervenções para proteção e promoção das mulheres em situação de vulnerabilidade. Com a criação da SPM, é

estabelecido a existência de uma desigualdade entre os gêneros, herança de uma sociedade desigual e com resquícios do patriarcado que marcou os séculos anteriores. Um dos destaques do trabalho da SPM, é a elaboração dos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres que teve seu primeiro documento oficial em 2004, graças a mobilização por meio das Conferências de Políticas para as mulheres. Além do PNPM (Plano Nacional de Políticas para as Mulheres) criou-se também o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra mulher. Da criação das DEAMs em 1985 à criação da Lei Maria da Penha, é possível perceber as conquistas do movimento feminista e o avanço na superação das disparidades jurídicas e sociais contra as mulheres. Os assistentes sociais são parte dessa luta pela efetivação e ampliação dos serviços destinados ao combate e prevenção desse fenômeno social, como um dos princípios que fundamenta o Código de Ética do assistente social em seu inciso V (2011).

“Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”. (Código de Ética do/a Assistente Social Lei 8.662/93).

No atendimento as mulheres vítimas de violência o assistente social deve ter consciência dos instrumentos e limites de sua intervenção, sendo peça chave da Rede, composta por diferentes profissionais. Para isso, o assistente social deve ter respeito pelos outros profissionais, para que a troca de conhecimento contribua no fluxo de informações na Rede. Dentro da assistência social, os casos de violência contra a mulher são de competência do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) onde são realizadas intervenções direcionadas a pessoas em situação de violação de direito. O trabalho do CREAS é realizado por equipes multidisciplinares compostas por assistentes sociais e psicólogos no enfrentamento de questões de violações de diversos tipos.

Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o trabalho do CREAS é parte importante da Rede, não apenas na ação imediata junto a vítima, mas também no fortalecimento da mesma para superação da situação de vulnerabilidade. Além do trabalho com a mulher em situação de violência, o CREAS tem papel importante na articulação entre os serviços da Rede, sendo um receptor e transmissor de

conhecimento e colaborando no fluxo de informações para intervenção mais dinâmica dos serviços. Segundo o Art 10 do Capítulo III do código de ética do assistente social, a união dos saberes por meio do trabalho interdisciplinar deve ser incentivada, nas palavras a autora Barroco (2012).

Por isso mesmo é dever do assistente social incentivar a prática interdisciplinar e contribuir para a construção de princípios favoráveis ao acolhimento do usuário, possibilitando a estes modos mais solidários de estabelecerem suas relações com os profissionais e estes entre si, contribuindo, ademais, para novas formas de organização de trabalho. (Barroco, 2012, p. 193)

Assim como a Lei Maria da Penha e as políticas direcionadas ao enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, o trabalho entre diversos profissionais é necessário. Como essa forma de violência exige uma intervenção de diversas áreas do conhecimento, cabe aos profissionais envolvidos trabalharem em Rede. Embora o conceito de Rede não seja novo, é necessário compreender sua importância na intervenção e na articulação entre os serviços e a importância do assistente social neste cenário.

12.3 Primícia do Trabalho em Rede: Movimentos Feministas como Precursores no Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher

Na análise do processo sócio histórico da mulher na sociedade brasileira, no surgimento do sistema capitalista e na violência como manifestação da Questão Social, é possível perceber que a violência contra a mulher é uma construção social de décadas e que sempre existiu na sociedade brasileira. A realidade da mulher na sociedade brasileira antes ou depois da instauração do modo de produção capitalista é marcada por diversas formas de violência, não apenas no contexto doméstico, onde por consequência do “novo” modo de vida em sociedade ganhou agravantes, mas também a violência se apresenta em todos os espaços. Apesar da trajetória da mulher ser marcada pela violência em suas diversas formas, a resistência e luta de algumas mulheres merecem destaque, as diferentes ondas do movimento do feminismo brasileiro têm na sua trajetória a busca por uma sociedade mais igualitária.

A questão da violência contra a mulher é marcante em diferentes momentos da formação da sociedade brasileira e na atualidade. Em diversos setores e em suas diferentes complexidades, apresentou-se com uma questão presente no cotidiano brasileiro. A sociedade do século passado não colaborava para resolução e enfrentamento de questões como a violência doméstica, a autora Soihet (2016) apresenta essa sociedade, que tinha uma estrutura preconceituosa e excludente com a mulher.

Na verdade, havia na sociedade brasileira em geral, e entre autoridades e políticos em particular, forte oposição às reivindicações das mulheres. Respalhando tal oposição, a ciência da época considerada as mulheres, por suas supostas fragilidades e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária. (Soihet, 2016, p. 219).

Com esse cenário nada favorável a luta feminina pela igualdade de direitos, a “primeira onda” do movimento feminista brasileiro tinha como principal objetivo a conquista da liberdade jurídica e política da mulher, no final do século XIX e começo do século XX, na figura de Bertha Lutz e suas companheiras é possível destacar o começo de um trabalho de conscientização das mulheres a respeito da necessidade do direito ao voto e acesso dos espaços públicos.

Pode-se mencionar que as mulheres da “primeira onda” do movimento feminista começaram a divulgar suas pautas de luta por meio da articulação com outros profissionais e serviços, apesar da luta em comum a “primeira onda” do movimento feminista fez um trabalho mais ponderado tomando cuidado com para não transmitir uma mensagem muito agressiva que incomodasse os setores mais conservadores. A questão da violência doméstica ainda não era a principal pauta, porém graças ao trabalho de conscientização as primeiras organizações feministas merecem destaque por formar grupos de apoio a mulher. Segundo a autora Soihet (2016) essa “primeira onda” do feminismo utilizou de formas para conscientizar sobre seus objetivos.

Bertha Lutz e suas companheiras organizam-se em associações, fazem pronunciamentos públicos, escrevem artigos e concedem entrevistas aos jornais. Buscam o apoio

de lideranças e da opinião pública e procuram pressionar parlamentares, autoridades políticas, educacionais e ligadas à imprensa. (Soihet, 2016, p.220).

É de fundamental importância destacar o trabalho do movimento feminista no enfrentamento da violência doméstica e de todas as formas de arbitrariedades contra a mulher, pode-se destacar que o trabalho das mulheres lideradas por Bertha Lutz teve forte relação com os movimentos internacionais, principalmente norte-americano que estava em destaque na militância feminista na figura do NAWSA⁴. Essa primeira militância do movimento feminista apesar de atuar de forma contida, estabeleceu os primórdios da organização e articulação para disseminar os ideais feministas na sociedade brasileira. Essa conexão com os movimentos internacionais foi importante para que a “primeira onda” do feminismo brasileiro se organizasse, com a colaboração das militantes americanas foi criado a FBPF⁵ que teria como objetivo a elevação da mulher em diversas questões tanto na esfera doméstica ou pública.

A “segunda onda” do movimento feminista brasileira que tem início a partir dos anos 60, teve como objetivo expandir as vitórias da “primeira onda” e colocar novas questões em pauta. É importante analisar o contexto político do Brasil na época, o movimento da “segunda onda” estava atuante em questões que iam além do voto ou liberdade jurídica. O movimento feminista da “segunda onda” ainda tinha forte influência dos movimentos internacionais, trazendo assim novos debates que surgiam com o novo contexto onde a “segunda onda” estava inserida. A autora Pedro (2016) explica o contexto e as questões que a “segunda onda” tinha em pauta.

Ainda que fortemente inspirado pelos movimentos feministas de “Segunda Onda” que se multiplicavam no exterior, o do Brasil guardou especificidades por conta da conjuntura política; o país vivia sob uma ditadura militar que colocava grandes obstáculos à liberdade de expressão e levava, como reação, a lutas políticas e sociais com viés de esquerda. Os grupos de oposição ao governo contavam com grande participação de mulheres que também estavam envolvidas nos chamados “movimentos de mulheres” e na

⁴*National American Woman's Suffrage Association*

⁵Federação Brasileira para o Progresso Feminino, fundada em 1922, congregou mulheres de vários estados do país identificadas com as propostas da entidade, cuja principal bandeira de luta era o sufrágio feminino. Tornou-se, ao longo da 1ª metade do século XX, referência no movimento feminista brasileiro. Fonte: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/983-cartas-de-arquivo-3-edicao.html> Acesso em 16/11/18

militância feminista. Com isso, no Brasil, a questão do trabalho e os problemas da mulher trabalhadora tiveram inicialmente prioridade sobre tantas outras pautas feministas da “Segunda Onda”. Porém, em pouco tempo, as demais reivindicações ganharam força, com destaque para os assuntos ligados a sexualidade e corpo e à violência contra a mulher, por exemplo. (Pedro, 2016, p.240).

Ao analisar o contexto onde a “Segunda Onda” estava inserido é possível perceber as diferenças entre a primeira e segunda onda do feminismo brasileiro. A “primeira onda” apesar da sua importante contribuição ao avanço da mulher na sociedade brasileira, tinha uma postura mais moderada e atuava dentro do limite que era possível. A “Segunda Onda” apesar de vivenciar um período sombrio aos movimentos sociais brasileiros, foi presente em diversas ocasiões antes e depois do golpe militar. As militantes participaram de manifestações tanto da direita como da esquerda, nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade⁶ até a Passeata dos 100 Mil⁷ o movimento feminista foi presente.

A longo do período que vigorou o regime militar brasileiro, mesmo com forte repressão as mulheres participaram ativamente na luta pela liberdade e diversas outras questões. As militantes da “Segunda Onda” foram expressivamente ativas nas questões que envolviam as mulheres, neste período é importante destacar que o Brasil ainda estava em processo de urbanização, esse processo fez aumentar a presença feminina em diversos setores públicos. Das universidades ao campo de trabalho as mulheres do começo da década de 60 a 80, como explica a autora Pedro (2016) as mulheres foram presença constantes na vida pública, lutando contra a cultura patriarcal e criando meios para resistir contra repressão.

Além disso, criaram associações femininas específicas e “casas da mulher”. Nos sindicatos, reivindicaram a existência de seções femininas e exigiram a inclusão de mulheres nos cargos de diretoria; realizaram encontros de trabalhadoras e participaram ativamente da vida sindical. Portanto,

⁶A Marcha da Família com Deus pela Liberdade é um nome comum a uma série de eventos ocorridos em março de 1964 em resposta à considerada “ameaça comunista” do comício do presidente João Goulart no dia 13 de março de 1964. Fonte: <https://www.infoescola.com/historia/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade> Acesso em 16/11/18

⁷Durante o ano de 1968, a ditadura militar sofreu com uma série de levantes populares que demonstraram a insatisfação com o regime militar e ocasionaram a edição do AI-5, em dezembro daquele ano. Uma dessas manifestações foi chamada de Passeata dos Cem Mil, ocorrida em 26 de junho em decorrência da morte do estudante secundarista Édson Luis de Lima Souto. Fonte: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/passeata-dos-cem-mil/> Acesso em 16/11/18

no Brasil, o feminismo de “Segunda Onda” foi contemporâneo de muitos outros movimentos que contavam (e contam) com expressiva participação de mulheres. (Pedro, 2016, p.241).

Neste cenário a “Segunda Onda” do feminismo no Brasil e em outros países começou um trabalho de conscientização por meio de grupos de Consciência e Reflexão. Esses grupos eram compostos apenas por mulheres que se reuniam em suas casas e sem a presença de homens, esses grupos não poderiam ultrapassar 24 pessoas e cada vez que os grupos se reuniam as participantes deveriam trazer outras possíveis participantes. O objetivo desses grupos era de discutir pautas específicas sobre a situação da mulher, esses grupos tinham por propósito criar uma Rede, desta forma esses grupos poderiam existir em diversos lugares.

Esse trabalho em grupo e a intencionalidade de criar uma Rede ganhou força no movimento feminista brasileira da “Segunda Onda”, porém a primeira onda do feminismo também estabeleceu os primórdios de um trabalho em Rede para enfrentamento da violência. Cabe compreender o que é uma Rede e como ela existe dentro do serviço social no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

12.4 Definições de Rede: a Rede como Instrumento de Intervenção do Assistente Social

Para compreender a Rede como conceito no serviço social, cabe fazer uma análise de sua inserção na realidade atual e o que a leva ser um avanço na intervenção de diversos profissionais. A ciência ocidental foi desenvolvida na visão do modo cartesiano⁸, desta forma o trabalho em Rede representa um avanço nos obstáculos impostos no distanciamento tradicional dos serviços e saberes. Nas palavras de Gonçalves e Guará (2010) sobre o trabalho em Rede, é necessário analisar o presente para compreender a necessidade desse modo de intervenção.

Hoje, porém, os novos desafios da vida e a própria ciência nos levam a perceber que a realidade é complexa e exige também um olhar

⁸“Fomos educados para pensar de modo cartesiano, dividindo as dificuldades em pequenos pedaços, estudando-os detalhadamente para compreender seu funcionamento e sua composição. Criamos nossas instituições de ensino e pesquisa e nosso conhecimento seguindo essa lógica das especialidades, e muito de nosso desenvolvimento científico se deve a esse modo de organizar e estruturar o conhecimento.” (Gonçalves e Guará, 2010, p.12).

mais amplo e global que inclui a incorporação dos fenômenos inusitados e das incertezas que não podemos superar com uma visão parcial e fragmentada dos problemas. (Gonçalves e Guará, 2010, p.12).

As diversas realidades de intervenção dos profissionais do serviço social ou de outras áreas do conhecimento exige criatividade e dinamismo. Neste sentido é necessário aos profissionais ter um olhar crítico e humanizado além da coerência em perceber que a situação objeto de sua intervenção pode exigir a necessidade de outros olhares e intervenções. Desta forma, a Rede se apresenta como uma alternativa de intervenção envolvendo diversos serviços e saberes. Para compreensão maior desse trabalho, cabe buscar o conceito de Rede em diversos aspectos.

A palavra Rede, do latim Rete, é usada em diversas áreas do conhecimento, em sua definição mais apropriada a Rede, segundo o Dicionário Informal⁹, consiste em “ linhas entrelaçadas com nós em todos os seus percursos de forma a segurar, agregar, articular proteger aquilo que se quer ter acesso de forma contínua e com certa garantia de acesso e permanência sem limite de espaço e tempo.” Na intervenção do assistente social em diversas questões, a Rede é um instrumento importante para superação da fragmentação dos saberes e da setorização dos serviços. Nas palavras do sociólogo espanhol Manuel Castells a Rede pode ser definida:

Um conjunto de nós conectados, e cada nó, um ponto onde a curva se intercepta. Por definição, uma rede não tem centro, e ainda que alguns nós possam ser mais importantes que outros todos dependem dos demais na medida em que estão na rede. (Castells, 1998 apud Gonçalves e Guará 2010, p. 14).

Na prática do assistente social a realidade é complexa e cheias de facetas da Questão Social. Com o desenvolvimento e avanço das novas e antigas expressões da violência, cabe ao profissional sair da caixa e agregar seus conhecimentos com outros, no enfrentamento da realidade marcada pela desigualdade e intolerância. Da

⁹<https://www.dicionarioinformal.com.br/rede/> Acesso em 17/11/18

mesma forma que o assistente social necessita agregar novos conhecimentos, ele deve ter consciência dos limites e instrumentos que lhe competem.

O profissional na sua atuação em Rede, necessita uma abordagem multidisciplinar ou interdisciplinar na observação e enfrentamento da demanda, em sua rotina diária de trabalho. Mais do que isso necessita de dedicação e respeito interdisciplinar, ou seja, colocar a sua própria disciplina no contexto do esforço da Rede ao mesmo tempo em que outros profissionais colocam as suas respectivas disciplinas unindo saberes em um projeto comum. Esta forma de atuação tem efeito direto numa aproximação com o usuário, que chega fragilizado em busca de um atendimento acolhedor.

Para que haja um atendimento em rede que vise ações integrais, há de se ter como princípio a incompletude técnica de um saber determinado, assim como a incompletude da instituição: nenhum técnico ou nenhuma instituição isoladamente é capaz de atender a todas as necessidades dos sujeitos. (Mello,2010, p. 66)

Segundo a autora, o assistente social é o profissional que entrelaça a participação de outros atores na articulação dos serviços em Rede para uma atuação mais eficaz, pois nesse cenário atual onde os atendimentos exigem uma abordagem mais ampla é necessário que o profissional compartilhe seu conhecimento.

Portanto nesta forma de atuação profissional, que estabelece novas pontes de contato entre os profissionais, se verifica na atualidade, inclusive usando meios tecnológicos, o aprimoramento do conhecimento e do agir em Rede na sociedade. Como uma nova realidade para o profissional do serviço social que deixa de atuar individualmente ou somente com outros profissionais da mesma formação, sendo um articulador de políticas sociais para o enfrentamento das diversas questões de trabalho no seu dia a dia.

Articular-se significa sobretudo fazer contato, cada um mantendo sua essência, mas abrindo-se a novos conhecimentos, à circulação das ideias e propostas que podem forjar uma ação coletiva concreta na direção do bem comum. (Gonçalves,2010, p. 12)

O fato de formatar e articular determinada Rede em qualquer área de conhecimento, como por exemplo nas áreas de ciências humanas e de enfrentamento das expressões da Questão Social, não exime cada profissional de se dedicar tecnicamente ao problema colocado em questão. Pelo contrário se a técnica de cada disciplina não for aplicada de forma adequada, de nada valerá a existência da Rede. Cada serviço deve ser eficiente em si e na comunicação com a Rede. No caso específico da assistência social, além da questão técnica, também se coloca a questão humana, ou seja do contato e da afetividade direcionados aos usuários dos serviços da Rede.

O trabalho em rede envolve capacidade técnico-metodológica, postura ético-política e afetividade. A busca do aprimoramento constante para participar dos avanços científicos e tecnológicos necessários à atividade profissional tornou-se constante em nossa vida. (Mello,2010, p. 65)

O conceito de Rede extrapola o território físico abrindo para o profissional de forma geral, inclusive para o assistente social avançar para uma atuação com maior abrangência e eficácia. Assim o alcance da Rede deixa de ser limitado por relações de vizinhança, possibilitando uma abertura à atuação e envolvimento de uma maior quantidade de técnicos.

O novo território pode através da evolução das telecomunicações e da informática ser um espaço virtual planetário, ou seja, a Rede pode interagir de forma local, regional, nacional e até internacional, abrindo assim oportunidade de desenvolvimento técnico-científico até então dificilmente quase atingidos.

Comunicação e articulação são indispensáveis ao trabalho social em rede, pois costumam a oferta de oportunidades e de acesso a serviços e relações no território; conjugam e integram a população – alvo a uma cadeia de programas e serviços ligados entre si. A ação interprogramas permite potencializar o agir, porque retira cada ação do seu isolamento e assegura uma intervenção agregadora e incluyente. (Carvalho,2010, p. 9)

Com o avanço tecnológico e conceitual que tem possibilitado cada vez mais a formação de redes em todas as áreas de conhecimento, abre-se novas e maiores oportunidades de avanço na atuação profissional. Em especial no caso das Redes de

Enfrentamento das mazelas das Questões Sociais, nas quais atua o assistente social, a articulação entre os profissionais é real, ou seja, trata de questões humanas que de fato estão acontecendo.

As redes não são invenções abstratas, mas partem da articulação de atores/organizações-forças existentes no território para uma ação conjunta multidimensional com responsabilidade compartilhada (parcerias) e negociada. (Faleiros,2010, p. 26)

O território da Rede passa cada vez mais a não ter limites físicos, assim situações concretas de questões sociais que estão sendo tratadas em determinada região, como na Baixada Santista, por exemplo, podem receber apoio real de um equipamento social localizado a centenas de quilômetros de distância ou mesmo apoio técnico de uma situação semelhante ocorrida a milhares de quilômetros. Isto não transforma o objeto de atuação da Rede nas questões sociais em algo abstrato, muito pelo contrário, são novas ferramentas de atuação profissional para o enfrentamento das mazelas concretas do cotidiano das questões sociais.

Cabe ao assistente social trabalhar para o desenvolvimento de uma Rede com fluxo constante de ações e informações sobre o objeto de intervenção, sendo de extrema importância ao assistente social compreender qual o seu papel como participante em uma rede e não esquecer que a Rede tem por objetivo uma intervenção mais eficiente e a parceria dos serviços. Nessa intervenção em Rede, todos os profissionais devem estar atentos ao usuário, nas palavras da autora Sanicola (2008) e como a rede interfere em sua situação de vulnerabilidade.

Como diversos autores já ressaltaram mais de uma vez, o termo “rede” pertence à linguagem comum, assumindo diferentes acepções, as quais, dependendo da concretude dos objetos, entram no mundo simbólico dos sujeitos, contribuindo para a construção de representações da realidade, ora pertencentes ao mundo das alegorias, ora bastante práticas. Por conseguinte, a ideia de rede, para alguns, associa-se ao trapezista e, por outros, ao caçador; para alguns, refere-se ao suporte e, para outros, ao controle. (Sanicola,2008. p.13).

Partindo do pensamento da autora, cabe ressaltar a importância da conscientização dos profissionais da Rede sobre os objetivos e limites de sua intervenção. Apesar da situação de vulnerabilidade do usuário e da necessidade de

intervenção da Rede, os profissionais envolvidos não podem esquecer que o usuário deve permitir sua intervenção. É necessário a rede ter consciência que em muitas situações mesmo em vulnerabilidade o usuário necessita ter espaço, cabe aos profissionais um olhar sensível para perceber as particularidades da história do usuário para não intervir de forma sufocante ou controladora.

12.5 A Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher

A violência contra a mulher no ambiente familiar sempre existiu, independente do contexto no qual está inserida. Por muitos séculos houve uma conformidade do conflito doméstico, essa situação se modificou por meio da luta dos movimentos sociais, com maior destaque ao movimento feminista. Atualmente há uma articulação para prevenção e combate à violência contra a mulher em suas diferentes formas.

A Lei Maria da Penha em seu art. 8 estipula a articulação entre a União, os Estados, tanto na estância Federal e Municipal, além da organizações não-governamentais para coibir a violência doméstica contra a mulher. Esse trabalho deve envolver os diversos serviços e suas áreas de intervenção, há um documento elaborado no governo Dilma Rousseff (2011-2016) sobre a organização da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Segundo o documento, a Rede serve para efetivar ainda mais a proposta de articulação que é prevista na Lei Maria da Penha, como fica claro no art 9.

A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso. (Brasil/Lei Maria da Penha 11.340/2006)

Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o trabalho da Rede deve ser com uma urgência maior e uma articulação que não envolve somente a mulher. A violência doméstica tem em seu agravante o fato de acontecer dentro do ambiente doméstico longe dos olhos de todos. Esse tipo de violência é mais comum entre casais, por isso a mulher vítima da violência doméstica está em convívio direto com seu agressor e em muitas situações tem filhos com o mesmo. No trabalho em Redes

Secundárias formais, existe além da articulação entre os saberes e profissionais, as conexões entre as políticas e ações de cada serviço. Essas, colidem para intervenção junto a mulher em situação de vulnerabilidade. É possível perceber que a criação da Rede e seu desenvolvimento, exige um comprometimento e superação do afastamento de alguns serviços e profissionais. Com o aumento da demanda de casos de violência doméstica contra a mulher a rede de enfrentamento da questão tem sido articulada em diferentes estados brasileiros.

Segundo informações do documento sobre a Rede de Enfrentamento da violência contra a mulher, até 2003 no Brasil as Casas-Abrigo e as DEAMs eram os únicos serviços direcionados especificamente a questão. Foi durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) que as políticas públicas de enfrentamento foram ampliadas, indo além do caráter de intervenção imediata, mas direcionando para um trabalho de prevenção e efetivação dos direitos. Entre as metas e prioridades no enfrentamento da violência contra a mulher, seja ela no ambiente doméstico ou em outro contexto, está o fortalecimento da Rede e dos profissionais que trabalham diretamente na intervenção junto as mulheres vitimadas. Como afirma o documento sobre a Rede:

O fortalecimento da rede de atendimento passa não somente pela ampliação dos serviços especializados, mas também pela formação permanente dos/as agentes públicos, de modo a assegurar um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência e de evitar a revitimização¹ destas nos serviços. A capacitação dos agentes públicos constitui uma das ações prioritárias do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que tem investido - por meio de diferentes órgãos federais (em especial, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) – na formação de diversos agentes, tais como: juízes/as; promotores/as de justiça; profissionais da saúde; trabalhadores/as da assistência social; profissionais da segurança pública; professores/as da rede pública; gestores/as de políticas para as mulheres, da assistência social e da saúde, entre outros. (Brasil/ Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher 2011)

É possível perceber que a Rede se constitui não apenas do trabalho com a vítima. É necessário ter um olhar aos profissionais que trabalham na intervenção junto a essa demanda. Os diversos profissionais envolvidos nesse trabalho junto as vítimas de violência doméstica, necessitam de uma capacitação constante. Para qualificar a Rede por meio de um trabalho humanizado, também é necessário que todos os envolvidos nos equipamentos cuidam da questão por terem atualizações constantes dos dados, estudos e das novas formas que a violência contra as mulheres pode surgir em sua realidade profissional.

A Rede deve ser composta por uma capilaridade de profissionais e serviços, segundo documento redigido durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), tais serviços podem ser especializados ou não-especializados. No tocante da intervenção do assistente social, esse profissional pode estar presente em equipamentos não-especializados ou especializados. Nos serviços não-especializados, o CREAS é responsável pela intervenção direta com a demanda de mulheres vitimadas. Esse serviço, que deve contar com equipes multidisciplinares é responsável por articular dentro da Assistência Social e com outros serviços. Nos serviços especializados, o assistente social atua juntamente com uma equipe interdisciplinar e com foco especificamente nessa demanda de usuárias. Nos serviços não-especializados, o assistente social não lida unicamente com casos de vítimas de violência doméstica, mas também intervém com outras demandas de violência. O assistente social é o profissional que mais se destaca na composição da Rede, ele intervém nos equipamentos e serviços que a estruturam.

Em muitas regiões brasileiras, as estruturas dos serviços públicos estão fragilizadas, seja por falta de verbas ou por profissionais para intervir não apenas na questão da violência contra a mulher, mas também em outras formas de violência. É fato que há um sucateamento e diminuição dos investimentos nas estruturas onde funcionam os serviços especializados na questão. Em muitas regiões, apesar do avanço promovido por alguns governos, não há nem mesmo a existência de serviços especializados. O documento do governo que fala sobre a Rede, deixa claro que não é apenas a Rede que deve existir, mas que os municípios e estados devem contar com serviços especializados ao trabalho nessa questão. Apesar da articulação entre os serviços que atendem essa demanda, é necessário, principalmente no tocante da violência doméstica, uma estrutura para garantir um fluxo rápido de informações entre

os componentes da Rede e se necessário a intervenção ágil em casos de extrema urgência.

Ainda que o foco da Rede seja promover e garantir a articulação entre os serviços, para criar um atendimento eficiente e humanizado as vítimas, a Rede necessita promover trabalhos que vão além do atendimento focalizado nas mulheres vitimadas. Muitos profissionais concordam que seja necessário o trabalho de pesquisa, para diagnóstico das áreas de maior concentração de casos das variadas formas de violência, como afirma a Lei Maria da Penha em seu art 8 inciso II.

a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas; (Brasil/ Lei Maria da Penha 11.340/06)

Os serviços que participam da Rede devem estar em constante atualização com as transformações ocorridas nas formas de violência contra a mulher. Esses serviços necessitam estar alinhados para que sua intervenção seja feita de maneira qualificada. A Rede tem seu foco no enfrentamento da violência contra a mulher e também trabalha a prevenção desse tipo de violência. Além disso a Rede deve elaborar, segundo recomendação do documento redigido durante o governo Dilma Rousseff e a Lei Maria da Penha, um trabalhado com o agressor. É possível perceber que a elaboração e manutenção da Rede busca coibir a violência doméstica de forma geral. Da mulher em situação de risco ao profissional que intervém nos serviços que estruturam a rede, deve-se efetivar o compromisso dos governos em diferentes estâncias no enfrentamento à violência contra o gênero feminino.

REDE DE FRENTE

A região do Mato Grosso conta com uma população de 3,442 milhões, as cidades de Barra do Garças e Pontal do Araguaia são municípios desse Estado. Essas cidades são vizinhas e nelas existe um trabalho em Rede para Enfrentamento da Violência Doméstica Contra a Mulher. Essa Rede começou a ser planejada em janeiro

de 2013, em maio do mesmo ano o projeto da Rede foi lançado no auditório da UNIVAR.

O projeto recebeu o nome de Rede de Frente, essa Rede é composta por diversos serviços, são eles: Ministério Público, Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, Poder Judiciário, Polícia Judiciária Civil, Polícia Militar, Secretarias de Educação, Assistência Social e Saúde de Barra do Garças e Pontal do Araguaia, Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres de Pontal do Araguaia, CRAS, CREAS, CAPS'AD, OAB – Subseção de Barra do Garças, Universidade Federal de Mato Grosso – Campus do Médio Araguaia, Faculdade UNIVAR, Faculdades Cathedral, Faculdade Anhanguera; Assessoria Pedagógica de Barra do Garças; Escritório Regional de Saúde de Barra do Garças e SAE/CTA.

É possível perceber que a Rede de Barra de Garças se estrutura com diversos serviços. O projeto dessa Rede foi separado em quatro eixos que vão além da articulação entre os serviços. Mas também tem um trabalho de conscientização e capacitação dos profissionais que atuam. A Rede trabalha para criação de um núcleo de pesquisas referentes a violência doméstica contra a mulher, seu objetivo é trabalhar com base em dados científicos. Ainda dentro desse projeto, há o trabalho informativo dentro das escolas municipais e estaduais para levar a temática do enfrentamento da violência doméstica contra a mulher para as crianças e adolescentes da região.

A Rede de Frente por meio de seus eixos não se limita apenas ao trabalho emergencial de enfrentamento da questão. É possível perceber que assim como a Lei Maria da Penha estipula, esse projeto perpetua a conscientização sobre a violência doméstica e familiar por meio de diversas atividades. Um exemplo do sucesso desse projeto, ocorreu no dia 18 de março de 2019 com a realização da II Corrida Maria da Pena – Pelo Fim da Violência Contra a Mulher.

Figura 10: II Corrida Maria da Penha pelo fim da Violência contra a Mulher



Fonte: <http://rededefrente.net/index.php/2019/03/18/ii-corrída-maria-da-penha-pelo-fim-da-violencia-contra-a-mulher-ocorreu-em-barra-do-garcas/>

Notícias mais recentes do projeto mostram a preocupação pela conscientização não apenas na área urbana. Em alusão as comemorações do dia do Índio, em 18 de abril, a Rede de Frente realizou uma visita ao povo xavante na Terra Indígena de Sangradouro que fica 240 km de Barra do Garças. É possível perceber o comprometimento dos profissionais envolvidos no projeto e propagar seu trabalho além das fronteiras habituais. As leis e políticas direcionadas a proteção das mulheres vítimas de violência, seja ela doméstica ou não, deve ser pautada pela universalidade. Nenhuma mulher é diferente perante a efetividade e garantia de seus direitos.

A Rede de Frente consiste em uma ação que tem ganhando êxito. Por meio do empenho dos profissionais envolvidos, implanta na realidade dos moradores a necessidade do diálogo e enfrentamento das variadas formas de violência contra o gênero. É destaque desse projeto a preocupação em promover seu trabalho de forma criativa, firmando parcerias para manter esse trabalho de forma qualificada.

12.6 A Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Município de Praia Grande - SP

A cidade de Praia Grande está localizada na região metropolitana da Baixada Santista, no estado de São Paulo. Registra em 2018, segundo dados do IBGE, o número de 319 146 habitantes (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/praiagrande/panorama>). Se encontra entre a terceira cidade mais populosa da região, por ser uma região praiana sua economia é intensamente ligada ao turismo. No final do ano de 2016 um caso envolvendo violência doméstica contra a mulher mostrou a

dificuldade existente nos serviços de intervenção nessa problemática. Os profissionais que estavam envolvidos nesse caso perceberam a necessidade de entrar em contato com o NUDEM (Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher), durante as conversas foi proposta a ideia da criação de uma Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres nesse município. Segundo documentos da Rede o primeiro encontro ocorreu no dia 13 de janeiro de 2017. Os serviços e profissionais presentes nesse primeiro encontro, firmaram o compromisso de apresentar propostas para melhorar o fluxo de atendimento às mulheres vítimas de violência, no contexto doméstico ou não, de forma para coibir a violência contra o gênero.

Nessa primeira reunião ficou firmado que os encontros da Rede seriam feitos a cada bimestre, na data escolhida por todos ao final de cada encontro. A Rede é composta por diferentes profissionais em suas receptivas áreas de intervenção, sendo o CREAS e o CRAS o elo da assistência social. Além disso, a Rede conta com a participação da justiça, na figura da Defensoria Pública de Praia Grande, Ministério Público e a DDM. As secretarias da saúde com seus componentes também pertencem a Rede, na figura do NASF e também do CAPS. A secretaria da educação também é parte integrante nas conversas da Rede, com a participação da SEDUC. Além dos serviços públicos, a Rede tem em um de seus elos a participação da ONG DCM (Defesa e Cidadania da Mulher). A Rede também é aberta a comunidade, em Praia Grande mostra como está sendo realizado o tecer de conexões entre serviços e profissionais, assim como afirma Carvalho (2010) a Rede surge, pois a sociedade atual existe com tamanha complexidade que é necessário a criação de pontes em variados setores.

A rede é um meio, um modo de representação das interrelações e conexões de como se expressa a complexidade. Não vivemos mais em uma sociedade simples. Não enfrentamos mais variáveis simples. Os fatos são multicausais e multidependentes entre si. A própria sociedade civil se comporta como uma “sociedade-rede.” (Carvalho apud Gonçalves e Guará, 2010, p.09).

É necessário compreender como é a estrutura da Rede, segundo o Manual elaborado pelos próprios profissionais responsáveis pela ação, existem diversas áreas presentes nessa iniciativa. A Justiça é representada pelo Tribunal de Justiça. No tocante da violência doméstica contra a mulher trabalha por meio do COMESP, que

surgiu com a implementação da Lei Maria da Penha, que tem um trabalho de coleta e divulgação de informações sobre o tema. Ainda nos serviços que intervêm na área da justiça, a Defensoria Pública que atua no município foi responsável pela primeira articulação da criação da Rede, no trabalho com a demanda de mulheres vitimadas. A Defensoria conta com um trabalho interdisciplinar por meio do CAM, realizando atendimentos com profissionais da psicologia e serviço social, além da intervenção junto aos defensores públicos.

No CAM também é feito um trabalho que visa a garantia dos direitos dos usuários, os profissionais desenvolvem também um trabalho direcionado a educação em direitos por meio de palestras, seminários e outros eventos. Em relação a violência contra a mulher, o trabalho da Defensoria vai desde a orientação as mulheres em situação de vulnerabilidade até o encaminhamento aos outros serviços. Em casos de violência doméstica o trabalho do NUDEM tem destaque, sua ação é pautada na busca pela igualdade de gênero e enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher. A Justiça está presente na Rede também por meio de Ministério Público, este também conta com o Núcleo de Gênero, com o objetivo de enfrentamento e prevenção as diversas formas de violência contra a mulher. Esse núcleo tem entre suas atribuições trabalhar a capacitação dos servidores do MP em relação a questão da violência contra a mulher. Além do trabalho com os servidores, o núcleo também realiza um trabalho desenvolvendo projetos de orientação direcionados as mulheres. O núcleo também promove por meio de suas ações a sensibilização da temática, também servindo de apoio a outros serviços que trabalham essa problemática.

Outro participante da Rede é a Polícia Civil. Esta instituição é fundamental na importância da problemática nas formas de violência, atuando diretamente com as situações de conflitos. No tocante à violência contra a mulher, os agentes na maioria das vezes são chamados no momento após a ocorrência e assim coletam as primeiras informações dando continuidade ao caso. É importante destacar que a ação da polícia pode ser focada no autor do crime como na escuta da vítima, existindo também o trabalho de execução das decisões da justiça. Apesar da criação e promulgação da Lei Maria da Penha ampliar as ações no enfrentamento da violência contra a mulher, desde de 1985 existe o trabalho da Delegacia de Defesa da Mulher, que dentro da polícia civil consiste no serviço especializado em atender a demanda de mulheres

vítimas de violência. Antes da criação da LMP o atendimento e execução das ações de proteção as mulheres eram lentas. Com a LMP o trabalho da DDM ficou mais ágil e também passou a ser mais articulado com outros serviços.

O trabalho do Assistente Social dentro da Rede é presente nos órgãos e instituições citados anteriormente, mas ele vai além e está presente em outros serviços participantes da Rede. A secretaria de assistência social também está como participante da Rede, representada pelos equipamentos que trabalham na intervenção direta com a demanda de mulheres em situação de vulnerabilidade. Os equipamentos da assistência social presentes na Rede realizam um trabalho de prevenção e fortalecimento das usuárias em situações de violência. Os equipamentos presentes na Rede que trabalham essa problemática, são o Centro de Referência de Assistência Social e o Centro de Referência Especializando de Assistência Social. Segundo o Loas sem seu Art 6 inciso 3º.

Os Cras e os Creas são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social. (Lei Orgânica da Assistência Social /Lei nº 8.743/93)

O Centro de Referência de Assistência Social no SUAS se configura como a principal unidade da proteção social básica, localizado nos territórios de maior vulnerabilidade social. Nos casos de violência contra a mulher, o CRAS faz um trabalho de prevenção e contra referência. Em muitas situações as mulheres vitimadas tem acesso aos serviços de maior complexidade por intermédio do CRAS. Além disso por meio do seu trabalho de prevenção o CRAS pode trabalhar a problemática da violência contra a mulher com as usuárias e usuários vinculados ao equipamento. Como o CRAS é uma unidade pública presente nos territórios, ele é capaz de fazer um trabalho de divulgação da Rede de serviços ofertados no município, sendo um componente valioso na Rede, pois os profissionais que trabalham nesse equipamento têm uma visão ampla da demanda.

Ainda dentro dos serviços presentes na Rede, o Centro de Referência Especializando de Assistência Social é uma unidade pública que faz sua intervenção em situações de risco pessoal ou social por decorrência de violação de direitos. Nos

casos de violência contra a mulher esse equipamento deve ter um fluxo eficiente de contato com outros serviços, na Rede o CREAS é uma peça chave não apenas na construção de um fluxo de qualidade, mas também é capaz de trazer contribuições por lidar diretamente com a demanda. O município de Praia Grande conta com uma unidade do CREAS e na Rede esse equipamento é presença constante. Os profissionais do CREAS têm contanto com maioria dos serviços componentes da Rede, em seu cotidiano tem a experiência chave no desenvolvimento de ações direcionadas a essa problemática, compreendendo as particularidades dos casos e com uma visão ampla da Rede de serviços.

Figura 11: Reunião da Rede de Enfrentamento no município de Praia Grande SP



Fonte: <http://www.cidadaopg.sp.gov.br/imprensa/fotos/wp-content/uploads/2019/01/ReunicaoodeCombateAViolenciaContraMulher-FelipeFranca-17.01.2019-3-575x383.jpg>

A área da saúde está presente na Rede por meio da Secretaria de Saúde Pública, tem a função de coordenar todas as atividades relacionadas a saúde no município de Praia Grande. É função dessa secretaria promover a intersetorialidade para alcançar resultados eficazes, sempre com foco na efetivação do direito básico de todo cidadão. Na violência doméstica contra a mulher, as unidades de saúde são responsáveis pelo atendimento as mulheres vitimadas, não apenas no trabalho de cuidar dos resultados da violência física, mas também no fortalecimento da mulher pós agressão. Na composição da Rede, a área da saúde conta como porta de entrada a Unidade de Saúde da Família. Esse serviço deve fazer um acolhimento humanizado e respeitoso ao momento de vulnerabilidade das usuárias, preservando sua

privacidade e trabalhando de forma sigilosa. Cabe aos profissionais da saúde realizar um atendimento claro e objetivo, informando todo o processo que será realizado. Como parte das equipes de trabalho das Usafas os Agentes comunitários são parte importante do trabalho de enfrentamento da violência doméstica. Esses profissionais que estão presentes no cotidiano das famílias e adentram em suas residências podem contribuir para intervenção de outros profissionais, além de trazer informações sobre a realidade do município nesta problemática.

A Rede ainda conta com os profissionais do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica, esse programa é composto por equipes multiprofissionais, são diferentes profissionais intervindo junto e auxiliando outros profissionais de maneira integrada. São assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas e médicos de várias especialidades trabalhando de forma conjunta em unidades de Saúde do município de Praia Grande. Nos casos de violência doméstica, o Nasf assim como outras unidades de saúde, devem garantir um atendimento humanizado e de qualidade, preservando sempre a segurança e respeito as usuárias.

A prevenção e enfrentamento da violência doméstica contra a mulher deve ser feita também na área da educação, trabalhar a problemática nas escolas de forma dinâmica é essencial. A escola também pode ter conhecimento da violência doméstica contra a mulher. As crianças e adolescentes são testemunhas das diferentes fases da violência no contexto doméstico, em muitas ações dentro da unidade escolar podem demonstrar isso. É necessário um olhar atento dos profissionais da educação, na Rede eles são essenciais para promover o diálogo sobre as formas de violência contra a mulher por meio de palestras e atividades lúdicas. Assim como assegura a Lei Maria da Penha, a educação deve se articular com outros serviços. Dentro da Secretaria de Educação de Praia Grande, as assistentes sociais são parte fundamental e presentes no trabalho da Rede. Apesar de ser direcionada as mulheres em situação de violência, o Conselho Tutelar também é presente na Rede, sendo importante na questão do trabalho na violência contra a mulher, crianças e adolescentes.

Assim como é previsto na Lei Maria da Penha e no documento que normatiza a elaboração da Rede, é possível que Organizações Não-Governamentais estejam presente nesse trabalho em conjunto com serviços governamentais. Em Praia Grande, a ONG Defesa e Cidadania da Mulher é parte atuante antes mesmo da

formulação da Rede. Segundo informações do site da DCM, há 14 anos a ONG faz um trabalho direcionado ao empoderamento de mulheres. Vale destacar que a ONG existe antes mesmo da criação da Lei Maria da Penha. Por meio de projetos e parcerias, existe um olhar as mulheres do município desde a infância até a velhice, também estendendo seu trabalho a família das mulheres em situação de vulnerabilidade. A seguir uma ilustração do fluxo de encaminhamento dos serviços da Rede:

Figura 12: Fluxo de encaminhamento da Rede do município de Praia Grande SP



Fonte: Manual “Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulher” do município de Praia Grande-SP.

Assim como em outros municípios, Praia Grande apresenta números consideráveis de violência doméstica contra a mulher, a Rede representa diversos serviços que estão abertos para enfrentamento dessa questão. Esses profissionais têm encontros regulares para discussão e apontamentos sobre as ações que a Rede pode realizar, apesar de ter pouco tempo de existência, já mostra resultados.

No começo de 2018 aconteceu o 1º Seminário da Rede de enfrentamento à Violência Doméstica contra a mulher, na 10ª Semana da Mulher organizada pela ONG DCM. É possível perceber que antes do surgimento da Rede, a cidade de Praia Grande já contava com profissionais com um olhar sensível a questão da violência contra a mulher. Neste sentido, um dos destaques nesse primeiro seminário da Rede é a apresentação do aplicativo “Mulher Denúncia” para que as mulheres em situação de risco possam acionar a Rede de Proteção. O aplicativo necessita de aprimoramentos e ainda não está disponível para uso.

O aplicativo e o seminário representam a articulação da Rede em informar a população e aos serviços sua existência e comprometimento no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. É necessário além da articulação entre os serviços, que os profissionais façam um trabalho informativo sobre a Rede para que a mesma ganhe novos elos e tenha maior sucesso no seu trabalho.

Figura 13: Reunião sobre aplicativo para denúncia de casos de violência contra a mulher em município Praia Grande



Fonte: <http://www.cidadaopg.sp.gov.br/imprensa/fotos/wp-content/uploads/2018/03/Aplicativo-6-575x381.jpg>.

13 CONCLUSÃO

Historicamente a violência contra a mulher faz parte do contexto social em diversas dimensões. Essa violência permeia as relações entre os sexos, sendo a mulher considerada inferior, frágil, dependente e por muitas vezes incapaz intelectualmente. Apesar da constante luta das mulheres pela igualdade de gênero e de diversas conquistas, a mulher ainda tem seu papel na sociedade como cidadão de segunda classe, pois o homem ainda é considerado superior em diversos locais e ambientes.

É importante destacar que a análise de todo o processo histórico da mulher não se caracteriza apenas na realidade brasileira. Podemos ver durante a elaboração da pesquisa que o Dia Internacional Da Mulher, foi um processo que ocorreu em diversos países, tornando-se um símbolo de luta pelos seus direitos.

Dentro deste contexto, nesta monografia foi realizada uma síntese da influência do modo de produção capitalista na vida das mulheres e como a exclusão e a desigualdade afetam diretamente as relações sociais de todas as classes. A violência como expressão da Questão Social, não afeta apenas as mulheres da classe operária, essa expressão permeia diversos ambientes sociais.

Este processo e seus avanços, demonstram a dimensão da necessidade e importância das diferentes ondas do movimento feminista brasileiro. Compreender o processo sócio- histórico das mulheres em diferentes épocas, apesar de todas as formas de opressão e exclusão é perceber que ao longo de todo esse caminho de luta e resistência, as mulheres conquistaram diversos espaços na sociedade, criando conexões de defesa e empoderamento.

O foco desta monografia foi apresentar a violência no ambiente doméstico e suas características, assim como o trabalho da Rede de profissionais no enfrentamento dessa problemática. Segundo dados aqui apresentados, as mulheres sofrem no ambiente doméstico variadas formas de violência, assim este trabalho buscou compreender como o assistente social atua e intervém junto a essa demanda na Rede de Enfrentamento.

Observou-se também durante o desenvolvimento desta monografia, uma articulação dos serviços em estabelecer conexões para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, chamado aqui como Rede de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher. Esta Rede está presente em diversas formas de trabalho na questão de vulnerabilidade que existe na realidade de diferentes mulheres no Brasil.

Ainda no decorrer dessa monografia, foi possível constatar como a Lei Maria da Penha foi e ainda é fundamental no cotidiano de intervenções dos diversos profissionais envolvidos no trabalho direcionado à essa demanda. A mesma pode ser considerada como uma peça chave para ampliação das políticas públicas e sociais, como também uma conquista para as mulheres que estiveram à frente dessa luta por seus direitos.

No processo de pesquisa, nos materiais teóricos e na prática da convivência com os profissionais no campo de estágio, no município de Santos e Praia Grande – SP, foi possível perceber a importância do trabalho da Rede. Por consequência do contato com os profissionais do município de Praia Grande, descobriu-se a existência de uma Rede direcionada ao enfrentamento da questão que foi objeto deste estudo. A Rede encontra-se em processo de amadurecimento no município visto ser uma ação recente. No presente já é possível perceber entre os serviços que a compõem um avanço no fluxo de informações e ações entre os envolvidos.

Ainda é cedo para realizar uma análise crítica dos pontos positivos e negativos, pois a Rede está em processo de estruturação e os profissionais envolvidos estão no propósito de levar a ideia adiante, por meio de ações em direção a um resultado eficaz no trabalho com as mulheres vitimadas. É fato que ainda há muito a ser feito sobre a questão no município, porém a existência de diálogo entre os serviços e profissionais já é um marco.

Na elaboração desta monografia, se pôde observar que o fortalecimento e aproximação dos serviços é um ganho aos usuários em uma realidade marcada pelas expressões da Questão Social. Infelizmente a violência doméstica contra a mulher é apenas uma das graves facetas da violência. A Rede é um marco importante na tentativa de a sociedade brasileira superar o passado de conformidade na violência contra a mulher. Os esforços dos profissionais parecem representar a mudança no

olhar dos serviços, quanto à situação da mulher em todos os contextos da realidade brasileira.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGUIAR, A.G. **Serviço Social e Filosofia: Das Origens ao Araxá**. Ed 6°. São Paulo, 2011.

ALVES, C.E. **A Lei Maria da Penha, Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva**, v. 18, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/informativo/article/download/446/404> Acesso em: 25/08/2018

AMARAL, J. M. RESENHA: DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. Revista Jurídica CESUMAR. Mestrado, v. 11, p. 639-642, 2013. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/2153> Acesso em: 12/09/2018.

AMARO, S. **70 anos de Serviço Social no Brasil: Tempo de Reconhecimento do Trabalho Profissional**. Curitiba. Appris, 2013.

ANDREUCCI, A.C. **História do Dia Internacional da Mulher**. Editora: Rideel Temas: Direitos Humanos; Mulher, sociedade e direitos humanos (coleção Temas Especiais). Disponível em: https://www.suapesquisa.com/dia_internacional_da_mulher.htm Acesso em: 13/11/17

BANDEIRA, L.M. **Violência, gênero e poder: múltiplas faces**. In: STEVENS, C. OLIVEIRA, S. ZANELLO, V. SILVA, E. PORTELA, C.(Org.). **Mulheres e Violências: interseccionalidades**. Brasília. Technopolitik, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%A2ncias-interseccionalidades.pdf> Acesso: 17/10/2019.

BARROCO, M.L.S. TERRA, S.H. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo. Cortez, 2012.

BORGES, J.M.D. MARINHO, H.H. SILVA, M.R. **O trabalho em rede como uma estratégia de enfrentamento a fenômenos sociais complexos: Uma alternativa de atuação mediante a violência doméstica contra as mulheres**. In: Simpósio

Mineiro de Assistentes Sociais: Expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o serviço social. 3º, Minas Gerais, 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/O%20TRABALHO%20EM%20REDE%20COMO%20UMA%20ESTRATEGIA%20DE%20ENFRENTAMENTO%20A%20FENOMENOS%20SOCIAIS%20COMPLEXOS.pdf> Acesso em: 22/01/19

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Vade Mecum do Serviço Social. 8º Edição. Fortaleza. Premium, 2017.

BRASIL. **Lei Maria da Penha. Lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006**. Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social. Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Vade Mecum do Serviço Social. 8º Edição. Fortaleza. Premium, 2017.

BRASIL. **Políticas Públicas para as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2012.

BRASIL. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2011. Coleção Enfrentamento à Violência Contra as mulheres.

BYUNG-CHUL, H. **Topologia da Violência**. Rio de Janeiro. Vozes, 2017.

CAMPOS, C.H. **Femicídio no Brasil: Uma análise crítico-feminista**. Porto Alegre • Volume 7 – Número 1 – p. 103-115 – janeiro-junho 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/20275> Acesso: 12/02/2019

CASTRO, M.M. **História do Serviço Social na América Latina**. Ed 12º. São Paulo. Cortez, 2011.

CASTEL, R. **Desigualdade e a Questão Social**. 4º Ed. São Paulo. Educ, 2017.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Ed 10º. Brasília, 2012.

CISNE, M. SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo. Cortez, 2018.

CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo. Cortez, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo. Lafont, 2017.

FALEIROS, V.P. **Metodologia e Ideologia do trabalho social: Crítica ao funcionalismo**. Ed 12°. São Paulo. Cortez, 2011.

FALEIROS, V. P. & FALEIROS, E. T. S. **Circuito e Curtos-Circuitos atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo. Veras Editora, 2001.

FONSECA, C. Ser Mulher, Mãe e Pobre. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2018. pág. 510-553.

FONSECA, D. H., RIBEIRO, C. G., & LEAL, N. S. B. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais**. 2012. *Psicologia & Sociedade*, 24(2). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/07> Acesso em: 08/10/2018.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo. Atlas, 2014.

GONZÁLEZ, A.I.A. **A origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. 1º Ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

GUIMARÃES, M. C. & PEDROZA, R. L. S. **Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas**. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n2/1807-0310-psoc-27-02-00256.pdf> Acesso em: 17/10/2017

GONÇALVES, A.S. GUARÁ, I.M.F.R. **Redes de Proteção Social Na Comunidade**. In: GONÇALVES, A.S. GUARÁ, I.M.F.R. (Org.) *Redes de Proteção Social na Comunidade*. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento).

LAGE, L. NADER, M.B. **Da Legitimação à Condenação Social**. In: PINSKY, C.B. PEDRO, J.M.(Org.) Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2016. pág. 286- 312.

HARARI, Y.N. **Sapiens: Uma breve história da humanidade**.28ªEd. Porto Alegre. L&PM, 2017.

IAMAMOTO, M.V. CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de um interpretação histórico-metodológica**. 41ª Ed. São Paulo. Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 26ª Ed. São Paulo. Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M.V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ed 8ª. São Paulo, 2007.

MARTINELLI, M.L. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 16ªEd. São Paulo. Cortez, 2011.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista 1848**. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre. L&PM, 2002.

MATOS, M.I. BORELLI, A. **Espaço Feminino no Mercado Produtivo**. In: PINSKY, C.B. PEDRO, J.M. (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2016. pág. 126- 147.

MELLO, Adriana Ramos de (organizadora). **Comentários a Lei de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2007.

MELLO, F.A.O.P. **Articulação Interinstitucional de Redes em Santos**. In: GONÇALVES, A.S. GUARÁ, I.M.F.R. (Org.) Redes de Proteção Social na Comunidade. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento). pág 65- 69.

MONTÃO, C. **A natureza do serviço social: Um ensaio sobre a gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo. Cortez, 2007.

PASTORINI, A. **A Categoria “Questão Social” em Debate**. 3ªEd. São Paulo. Cortez, 2010

PAVIANI, J. **Conceitos e formas de violência**. In: Conceitos e Formas de Violência. Ogr. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

PEDRO, J.M. **Corpo, Prazer e Trabalho**. In: PINSKY, C.B. PEDRO, J.M. (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2016. pág. 238-259.

PINSKY, C.B. **Mulheres dos Anos Dourados**. In: DEL PRIORE, M. (Org.) História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2018. pág. 607-639.

SANICOLA, L. **As dinâmicas de rede e o trabalho social**. São Paulo. Veras Editora, 2008.

SANTAELLA, L. **Comunicação e Pesquisa Projetos para mestrado e doutorado**. 1ªEd. São Paulo. Hacker, 2001.

SANTOS, J.S. **“Questão Social” particularidades no Brasil**. São Paulo. Cortez, 2012.

SCOTT, A.S. **O Caleidoscópio dos Arranjos Familiares**. In: PINSKY, C.B. PEDRO, J.M. (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2016. pág. 15-42.

SETUBAL, A.A. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. 5ª Ed. São Paulo. Cortez, 2013.

SOIHET, R. **A Conquista do Espaço Público**. In: PINSKY, C.B. PEDRO, J.M. (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2016. pág. 218-237.

SOIHET, R. **Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano**. In: DEL PRIORE, M. (Org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2018. pág.362-400.

SILVA, M.V. **Violência Contra a Mulher: QUEM METE A COLHER?** São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, M. O.S. **O Serviço Social e o Popular: Resgate teórico-metodológico do Projeto de Ruptura**. 7 ° Ed. São Paulo. Cortez, 2011.

SPOSATI, A. **A Menina LOAS: Um processo de construção da Assistência Social no Brasil**. 3° Ed. Cortez, 2007.

STEVENS, C. OLIVEIRA, S. ZANELLO, V. SILVA, E. PORTELA, C. **Mulheres e Violências: interseccionalidades**. Brasília. Technopolitik, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%AAs-interseccionalidades.pdf> Acesso em: 18/11/2018

TARTARI E SACRAMENTO, L. REZENDE, M.M. **Violências: Lembrando alguns conceitos**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n24/n24a09.pdf> Acesso em 03/01/2019

YAZBEK, M.C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 4°Ed. São Paulo. Cortez, 2003.

Links:

Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte

<http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-e-estatisticas-sobre-violencia-contra-as-mulheres/> Acesso em 28/09/2018

Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte

<http://www.compromissoeatitude.org.br/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/> Acesso em: 22/04/19.

IMP – Instituto Lei Maria da Penha <http://www.institutomariadapenha.org.br/> Acesso em: 14/02/2019

PG deve contar com aplicativo para denúncia de casos de violência contra a mulher

http://www.praia grande.sp.gov.br/pgnoticias/noticias/noticia_01.asp?cod=44345
Acesso em: 25/11/18

Agência Patrícia Galvão. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/> Acesso em: 30/04/2019

Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres> Acesso em: 22/04/2019.

Rede de Frente

Rede de Enfrentamento da Violência Doméstica contra a Mulher de Barra do Garças e Pontal do Araguaia-MT Disponível em: <http://rededefrente.net/> Acesso: 29/04/2019.

Manual “Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulher” do município de Praia Grande-SP. Acesso em: 27/04/2019

PAULO, P.P. ACAYABA, C. Brasil tem mais de 600 casos de violência doméstica por dia em 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/08/09/brasil-tem-mais-de-600-casos-de-violencia-domestica-por-dia-em-2017.ghtml> Acesso em: 18/11/2019.

Relógio da Violência.

Disponível em: <https://www.relogiosdaviolencia.com.br/> Acesso em: 26/04/2019.

ANEXO A – Leis e Referências legais

<p style="text-align: center;">TÍTULO II</p> <p style="text-align: center;">DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO I</p> <p style="text-align: center;">DISPOSIÇÕES GERAIS</p> <p>Art. 5^º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)</p> <p>I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;</p> <p>II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;</p> <p>III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.</p> <p>Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.</p>

Definição da violência doméstica contra a mulher Art. 5 da Lei Maria da Pe

<p style="text-align: center;">CAPÍTULO II</p> <p style="text-align: center;">DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER</p> <p>Art. 7^º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:</p> <p>I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;</p> <p>II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;</p> <p>III - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)</p> <p>III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;</p> <p>IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;</p> <p>V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.</p>
--

As formas de violência doméstica contra a mulher segundo Art. 7 da Lei Maria da Penha.

<p>direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas de proteção social especial. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)</p> <p>§ 3^º Os Cras e os Creas são unidades públicas estaduais instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)</p> <p>Art. 68-D. As instalações dos Cras e dos Creas devem ser compatíveis com os serviços nelas ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e</p>
--

CAPÍTULO I	
DAS MEDIDAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO	
Art. 8º	A política pública que visa cobrir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:
I -	a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;
II -	a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;
III -	o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a cobrir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no Inciso III do art. 1º , no Inciso IV do art. 3º e no Inciso IV do art. 221 da Constituição Federal ;
IV -	a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;
V -	a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;
VI -	a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;
VII -	a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;
VIII -	a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de inestricto respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;
IX -	o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Medidas Integradas de Prevenção Art. 8 Lei Maria da Penha.

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

[\(Incluído pela Lei nº 12.436, de 2011\)](#)

§ 3º Os Cras e os Creas são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social. [\(Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011\)](#)

Art. 6º-D. As instalações dos Cras e dos Creas devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e

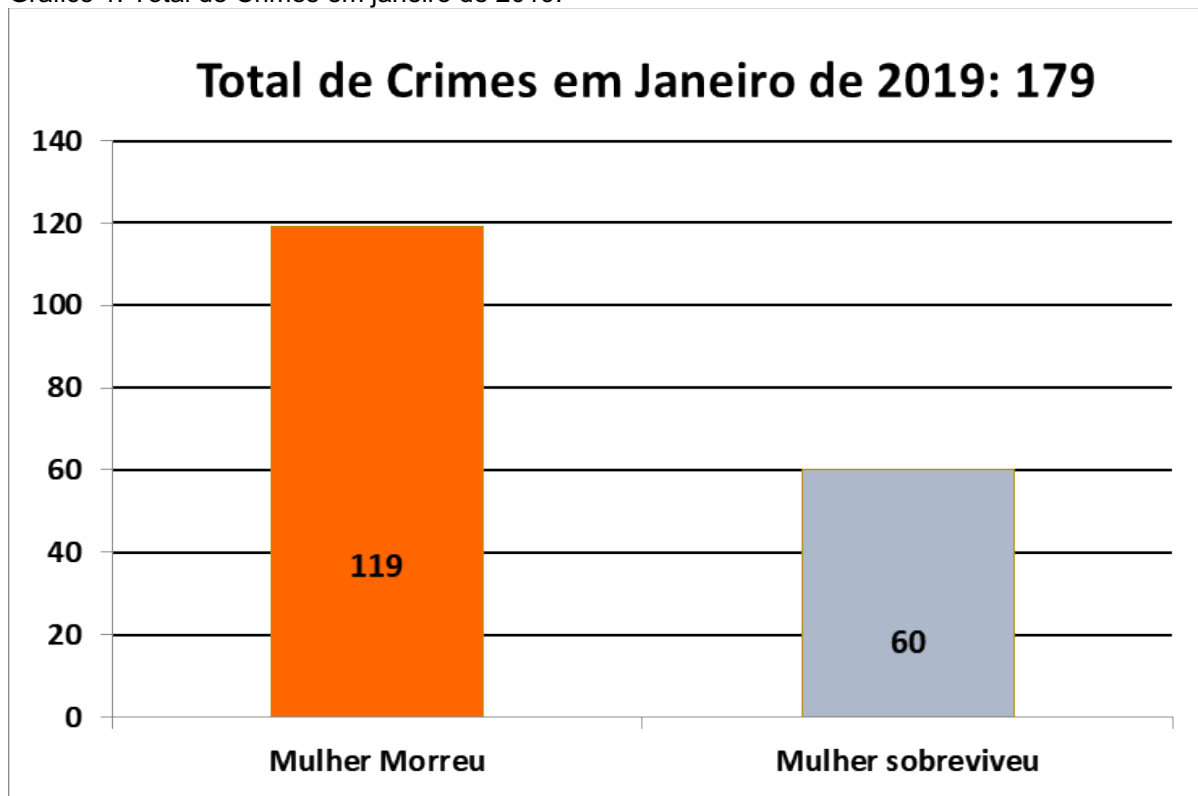
Inciso 3º do Art. 6 do Lei Orgânica da Assistência Social.

**ANEXO B - Capa do Manual da Rede do Município de Praia Grande
SP**



ANEXO C Gráficos quantitativos da violência contra a mulher

Gráfico 1: Total de Crimes em janeiro de 2019.



Fonte: Folha de São Paulo, caderno Cotidiano, 8 de março de 2019

Gráfico 2: Relação com as Vítimas.

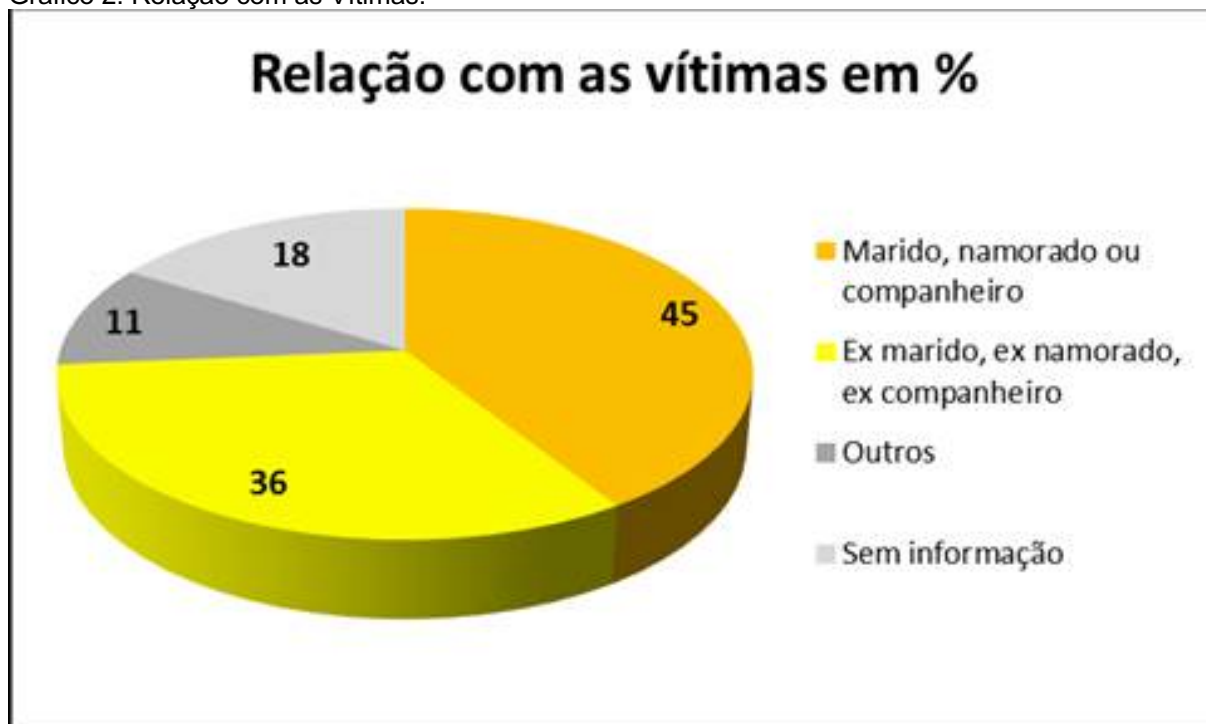


Gráfico 3: Histórico de Agressão.

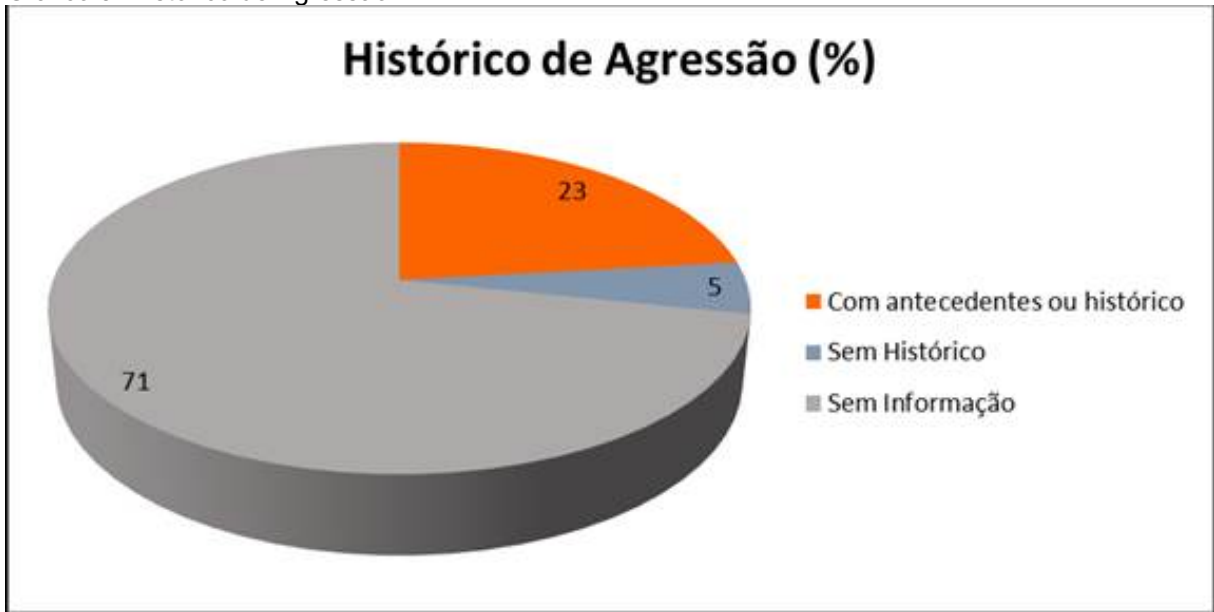


Gráfico 4: Local da Agressão.

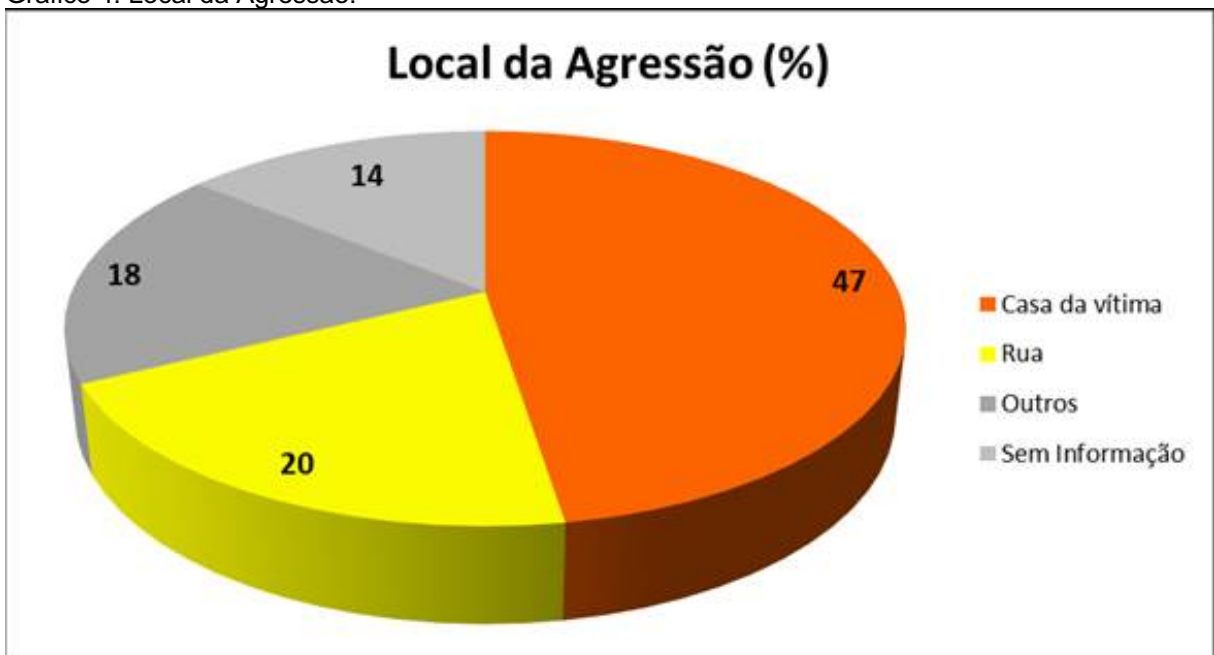


Gráfico 5: Motivo da Agressão.

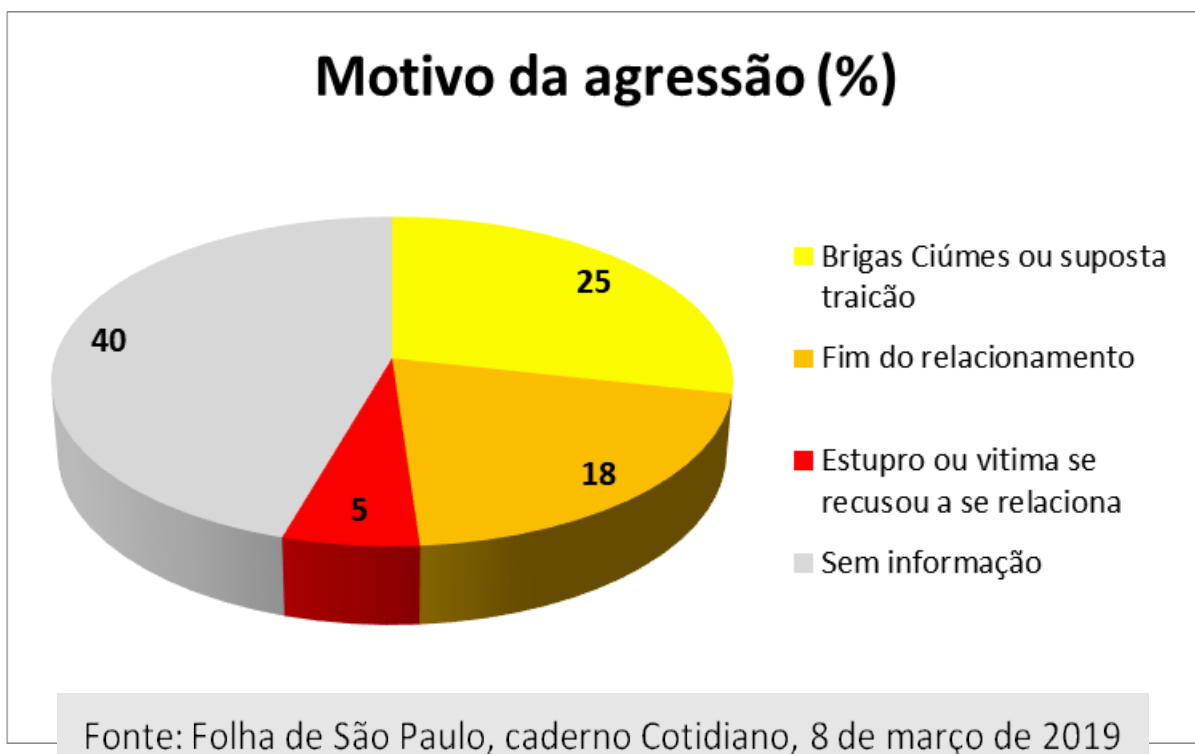


Gráfico 6: Tipo de Arma

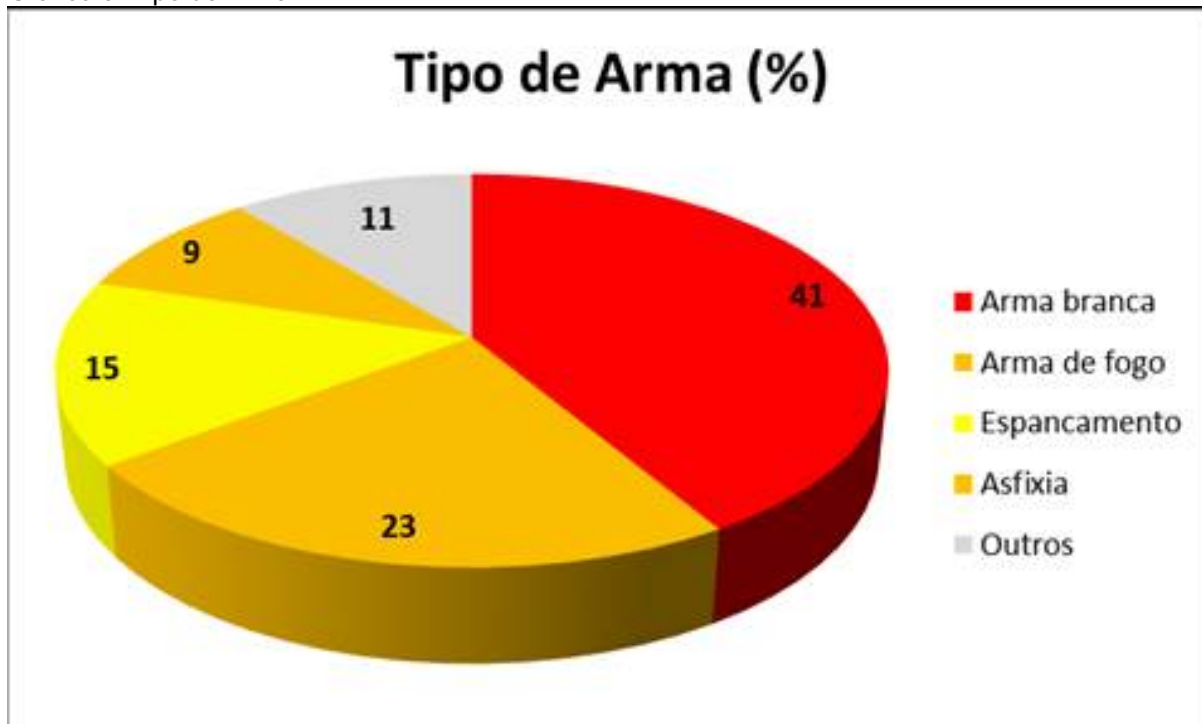


Gráfico 7: Desfecho da Agressão.



A Rede de Proteção e o Serviço Social no Enfrentamento da Violência Doméstica Contra a Mulher

Renata Sobrinho – RA: D059696
Thaynna Vasconcelos dos S de Oliveira – RA: D086529
Orientador: Dr. Evandro Prestes Guerreiro
Santos – SP 15 de Maio de 2019.

UNIP
UNIVERSIDADE PAULISTA



RESUMO

- Processo Capital versus Trabalho, seu avanço e suas mazelas como consequência da relação entre Homens dentro do sistema capitalista;
- Rede de Proteção da violência contra a mulher, como instrumento de intervenção;
- Trabalho do assistente social na Rede;
- Como é realizada a articulação na Rede, especificamente no município de Praia Grande, SP.

Palavras-Chaves: Rede, Mulher, Violência.

UNIP
UNIVERSIDADE PAULISTA



CAPÍTULO 1:

PROJETO DE PESQUISA

UNIP
UNIVERSIDADE PAULISTA



TEMA

Violência Contra a Mulher

DELIMITAÇÃO DO TEMA

A Rede de Proteção e o Serviço Social no Enfrentamento da Violência Doméstica Contra a Mulher

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o processo social e histórico da relação da mulher na sociedade;
- Conceituar Rede, especialmente as que tratam das expressões da questão social, seu propósito, estrutura, finalidade e objetivos comuns interinstitucionais;
- Identificar o papel do assistente social na articulação dos serviços interinstitucionais componentes da Rede, no enfrentamento e na prevenção à violência contra a mulher.

PROBLEMA DE PESQUISA

- A partir da Rede de Proteção, como o assistente social contribui no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher?
- Quais são suas propostas para o melhor atendimento as mulheres vitimadas?
 - Articulação dos serviços interinstitucionais;
 - Atendimento humanizado;
 - Ação interdisciplinar.

METODOLOGIA

Bibliográfica e Documental.





Tabela de Correlação Teórica

Autor	Referência	Fundamento
Iamamoto, M.V. Carvalho, R.	Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41ª Ed. São Paulo. Cortez, 2014.	A obra foi utilizada para compreender melhor a relação Capital X Trabalho, a Questão Social e o processo da luta de classes
Martinelli, M.L.	Serviço Social: Identidade e Alienação. 16ª Ed. São Paulo. Cortez, 2011.	Este livro foi utilizado para melhor compreender o processo capitalista, e os pontos principais desse processo.
Yazbek, M.C.	Classes Subalternas e Assistência Social. 4ª Ed. São Paulo. Cortez, 2003.	O trabalho da professora Yazbek traz uma visão ampliada da questão da pobreza, onde foi possível perceber a existência da violência em outras expressões da Questão Social.
Gil, A.C.	Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª Ed. São Paulo. Atlas, 2014.	Este livro constitui um manual de procedimentos básicos para o desenvolvimento de pesquisas sociais, diferencia-se dos textos convencionais que tratam exaustivamente dos mais diversos métodos e técnicas de pesquisa social.
Cisne, M. Santos, S. M. M.	Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo. Cortez, 2018.	Esta obra foi fundamental para compreender as formas de violência contra a mulher, além disso a obra traz novas formas de análise do serviço social no enfrentamento da questão.

CITAÇÃO DOS AUTORES

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento de classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia. (Iamamoto e Carvalho, 2014, p.84).

Como diversos autores já ressaltaram mais de uma vez, o termo "rede" pertence à linguagem comum, assumindo diferentes acepções, as quais, dependendo da concretude dos objetos, entram no mundo simbólico dos sujeitos, contribuindo para a construção de representações da realidade, ora pertencentes ao mundo das alegorias, ora bastante práticas. Por conseguinte, a ideia de rede, para alguns, associa-se ao trapezista e, por outros, ao caçador; para alguns, refere-se ao suporte e, para outros, ao controle. (Sanicola, 2008, p.13).

Os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade (Yazbek, 2003, p.61).

UNIP
UNIVERSIDADE PAULISTA



CAPÍTULO 3:

INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

UNIP
UNIVERSIDADE PAULISTA



DADOS DE ESTUDO

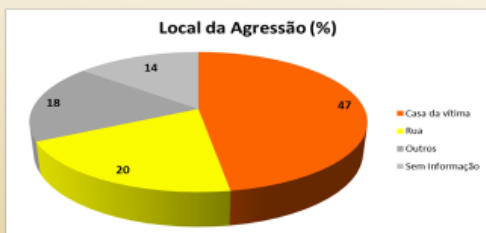


Gráfico apresentando dados divulgados pelo jornal Folha de São Paulo (2019).

A violência no contexto doméstico é uma realidade na vida de diversas mulheres no Brasil, como apresenta dados do jornal Folha de São Paulo, está entre as principais formas de violência contra o gênero. Desta forma, o trabalho em Rede apresenta-se como uma forma eficiente de articulação entre serviços e profissionais no enfrentamento desta violência.

RESULTADOS DA PESQUISA

Pesquisa qualitativa.

- Compreensão do processo de emancipação da mulher;
- Síntese da história do serviço social;
- Entendimento do ciclo da violência contra a mulher e a importância da Lei Maria da Penha no enfrentamento dessa problemática;
- Conceito de Rede;
- Observação da prática dos serviços em Rede no enfrentamento das expressões da Questão Social na atualidade;
- Observação do trabalho em Rede e a articulação do assistente social neste processo;
- Observação do cotidiano da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no município de Praia Grande, SP.



CONCLUSÃO

Compreendeu-se que o processo de emancipação da **mulher** tem raízes históricas e vem obtendo resultados, como por exemplo a criação da Lei Maria da Penha no Brasil.

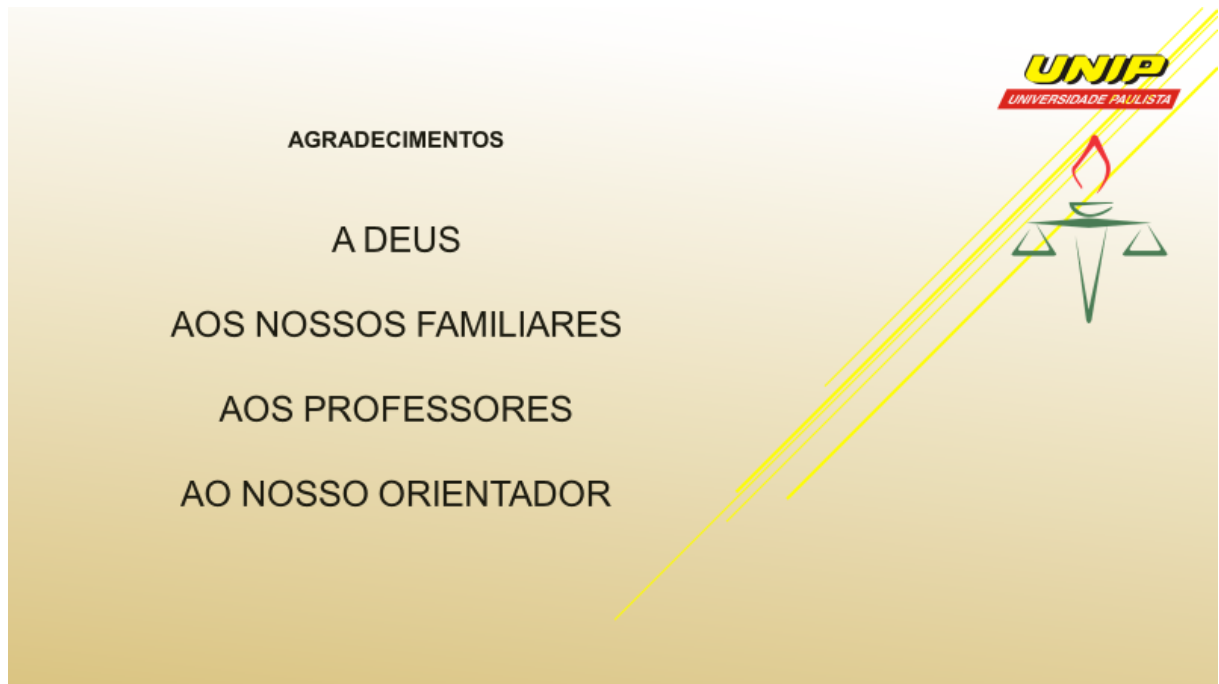
Observou-se o importante papel do Assistente Social na articulação dos serviços da Rede, que representa um grande avanço na cidade de Praia Grande.



REFERÊNCIA

- AGUIAR, A.G. **Serviço Social e Filosofia: Das Origens ao Araxá**. Ed 6°. São Paulo, 2011.
- DEL PRIORE, M. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- IAMAMOTO, M.V. CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de um interpretação histórico-metodológica**. 41° Ed. São Paulo. Cortez, 2014.
- MARTINELLI, M.L. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 16°Ed. São Paulo. Cortez, 2011.
- MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista 1848**. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre. L&PM, 2002.
- PINSKY, C.B. PEDRO, J.M. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- SANICOLA, L. **As dinâmicas de rede e o trabalho social**. São Paulo. Veras Editora, 2008.
- YAZBEK, M.C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 4°Ed. São Paulo. Cortez, 2003.





O Serviço Social e a Violência Doméstica Contra a Mulher

PESQUISADORES: Renata R. Sobrinho, Tabatha C. Rodrigues e Thaynna V.S. Oliveira

Orientação científica: Dr. Evandro Prestes Guerreiro



Resumo:

O artigo objetiva levantar a prática do trabalho de assistentes sociais em relação ao atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica. Como o procedimento profissional é realizado em relação à prevenção, redução e intervenção após agressão com mulheres e famílias. A luta das mulheres pela igualdade de gênero é histórica. Como expressa o Dia Internacional da Mulher. A metodologia do artigo é bibliográfica. As fontes foram retiradas de materiais já produzidos pelo serviço social, tais como, registros sobre o apoio dado às mulheres vítimas de agressão e como o assistente social trabalha nessa rede de apoio as mulheres. Como resultado, espera-se qualificar a existência da rede de apoio para proteger as mulheres vítimas de violência.



Palavras-chaves:

Mulher, Violência, Rede, Proteção

Fundamento teórico:

Alvo de uma opressão específica, as mulheres constituem uma unidade formada pelo recorte de gênero. Assim, a opressão e a violência exercidas sobre a mulher atravessam as referências de classe e etnicidade, constituindo-se, pois, em um fenômeno transversal, embora assumam feições particulares tendo em vista a condição de classe e/ou raça/etnia a que pertence a mulher. (Silva, 1992)



Fonte: <https://www.gettyimages.pt/detail/foto/domestic-violence-victim-imagem-royalty-free/171584938> (Acesso em 29/05/2018)

Resultados:

A pesquisa resultou no conhecimento maior sobre a rede de apoio e prevenção da mulher vítima de violência doméstica. O papel do assistente social na rede de apoio, e os instrumentos usados no atendimento à vítima da agressão dentro do ambiente familiar.

Referências:

- [1] BRASIL. Lei nº 11.340/06 Lei Maria da Penha.
- [2] SILVA, M.V. Violência Contra a Mulher: QUEM METE A COLHER? São Paulo: Cortez, 1992.
- [3] DIAS, M.B. A Lei Maria da Penha na Justiça: A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

Material e métodos:
A pesquisa foi desenvolvida através de estudos bibliográficos, artigos científicos e documentos oficiais produzidos pelo serviço social. Também foi utilizado o método quantitativo para coleta de dados e análise dos resultados.